

ATA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 12-6-2024.

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, José Vendruscolo, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Biga Pereira, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Jonas Reis, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 140/24 (Processo nº 0272/24), de autoria de Tiago Albrecht; o Projeto de Lei do Legislativo nº 153/24 (Processo nº 0292/24), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 177/24 (Processo nº 0338/24), de autoria de Adeli Sell; o Projeto de Lei do Legislativo nº 178/24 (Processo nº 0339/24), de autoria de Cláudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 190/24 (Processo nº 0381/24), de autoria de Comandante Nádia; o Projeto de Lei do Legislativo nº 192/24 (Processo nº 0387/24), de autoria de Cláudio Conceição; e os Projetos de Resolução nºs 040 e 041/24 (Processo nºs 0405 e 0408/24, respectivamente), de autoria de Professor Vitorino. A seguir, foi apregoado o Ofício nº 1674/24, firmado por Ricardo Gomes, Vice-Prefeito, por meio do qual informa que se ausentará do Município das doze horas do dia dezessete de junho até às doze horas do dia vinte e três de junho do corrente ano, a fim de viajar para a cidade de Miami, no estado da Flórida, nos Estados Unidos da América, com o propósito de apresentar o programa Reconstruir Porto Alegre. Foi apregoado documento firmado por Moisés Maluco do Bem, por meio do qual solicita a alteração de seu nome parlamentar para Moisés Barboza. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Airto Ferronato, Lourdes Sprenger, Karen Santos, Fernanda Barth, Moisés Barboza e Engº Comassetto. Foi apregoado o documento nº 0749683 (SEI nº 154.00071/2024-25), firmado pelo vereador Engº Comassetto, comunicando sua investidura no cargo federal de Diretor de Habitação e Saneamento, da Secretaria Extraordinária para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul da Presidência da República Federativa do Brasil a contar de seis de junho do corrente, por consequência entrando em licença, nos termos do art. 218, inc. VIII do Regimento. Foi empossado na vereança o suplente Everton Gimenis, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER,

pronunciaram-se Everton Gimenis, Giovani Culau e Coletivo, Márcio Bins Ely, Ramiro Rosário, Comandante Nádia, Mônica Leal e Claudio Janta. Às dezesseis horas e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/24 (Processo nº 0370/24), após ser encaminhado à votação por Prof. Alex Fraga e Everton Gimenis. Foi aprovada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/24. Foi rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/24, por doze votos SIM e dezoito votos NÃO, em verificação de votação solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Everton Gimenis, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e votado Não Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, José Vendruscollo, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi aprovada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/24, por trinta e um votos SIM, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, José Vendruscollo, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Foi rejeitada a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/24, após ser encaminhada à votação por Tiago Albrecht, Jonas Reis, Prof. Alex Fraga, Adeli Sell, Comandante Nádia, João Bosco Vaz e Mari Pimentel, por dezesseis votos SIM e treze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Comandante Nádia, tendo votado Sim Alvoni Medina, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovane Byl, Jessé Sangalli, José Freitas, José Vendruscollo, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht e votado Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Everton Gimenis, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi rejeitada a Emenda nº 08 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/24, após ser encaminhada à votação por Giovani Culau e Coletivo, Prof. Alex Fraga, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, Cassiá Carpes e Jonas Reis, por dez votos SIM e vinte votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Everton Gimenis, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e votado Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, José Vendruscollo, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo

Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/24, por doze votos SIM e vinte votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Everton Gimenis, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, José Vendruscollo, Lourdes Sprenger, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi rejeitada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/24, por dez votos SIM e dezessete votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Everton Gimenis, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga e votado Não Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, José Vendruscollo, Lourdes Sprenger, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/24, por vinte e três votos SIM e doze votos NÃO, em votação nominal determinada por Mauro Pinheiro, presidindo, tendo votado Sim Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, José Vendruscollo, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht e votado Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 018/24 (Processo nº 0389/24). Foi apregoada a Subemenda nº 01, de autoria de Alvoni Medina e José Freitas, à Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Subemenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 03, de autoria de Cassiá Carpes, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/24, bem como aprovado Requerimento, de autoria de Cassiá Carpes, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento, formulado por José Freitas, solicitando votação em destaque para a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/24. Foi apregoado Requerimento, formulado por Cassiá Carpes, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/24. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Cláudia Araújo, solicitando a formação de bloco para votação em conjunto, contendo todas as emendas e subemendas relativas ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/24. Foi apregoada a Subemenda nº 01, de autoria de Mônica Leal e Mauro Pinheiro, à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/24,

bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Subemenda às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Mauro Pinheiro, solicitando votação em destaque para a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/24. Os trabalhos foram suspensos das dezoito horas e sete minutos às dezoito horas e quinze minutos. O Diretor Legislativo informou que a votação em bloco das emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/24 acarretaria a prejudicialidade da Emenda nº 02 no que se refere ao valor, mantendo-se o restante do texto. José Freitas formulou Requerimento verbal, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 02, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/24. Foram aprovadas, em bloco, as Emendas nº 01, 02 e 03, Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 e Subemenda nº 01 à Emenda 02, apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/24. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 018/24. Às dezoito horas e dezesseis minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro, Mari Pimentel e Gilson Padeiro. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde. Com a presença de 24 Vereadores, temos quórum para o início da sessão. Solicito ao nosso Diretor Legislativo que faça a leitura dos apregoamentos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos as proposições apresentadas à Mesa as quais se encontram distribuídas às Sras. e Srs. Vereadores, bem como as respectivas recibias através dos aplicativos de mensagens instantâneas.

Apregoamos também o Ofício nº 1.674/24, firmado pelo Sr. Ricardo Gomes, vice-prefeito municipal de Porto Alegre, por meio do qual informa que se ausentará do município das 12h do dia 17 às 12h do dia 23 de junho de 2024, a fim de viajar para a cidade de Miami, no estado da Flórida, nos Estados Unidos da América, com o propósito de apresentar o programa Reconstruir Porto Alegre.

Apregoamos também documento firmado pelo Ver. Moisés Maluco do Bem, por meio do qual solicita a alteração de seu nome parlamentar para Moisés Barboza.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Caro Presidente; Sras. e Srs. Vereadores; senhoras e senhores. Em primeiro lugar, eu quero deixar um abraço aí ao Gimenis, que está assumindo aqui na Câmara, e conversar um pouco com o meu amigo Carlos Comassetto... Amigo Comassetto, eu não vou falar enquanto não me ouves - Comassetto, está surdo? - estou te ligando aí para deixar aquele velho abraço, te cumprimentar pela tua posse merecida, nós, que nos conhecemos de longa data, deixar

um abraço também ao Gimenis, bem-vindo. E o Comassetto, sem nenhuma sombra de dúvida, é, das pessoas, dos vereadores aqui da Câmara, aquele que mais conhece, e sempre foi minha referência, a questão da habitação em Porto Alegre. Então, perdemos aqui, mas ganha o Estado e o ministério com a tua chegada lá.

Eu vou falar um pouco sobre os nossos *cards*, Ver.^a Lourdes. Os *cards*. Tem gente competente que escreveu o *card*, colocaram a nossa caretinha, e dizer quem é o cara, quem é o maioral. Acho que se pisou na bola com aquele *card* falando sobre a votação que fizemos na semana passada, ou nessa semana, segunda-feira. Disse o *card*, e pisou na bola, que os vereadores x, y e z votaram contra os R\$ 200 mil para moradia em Porto Alegre. Nós não votamos contra os R\$ 200 mil. Eu, particularmente, votei pelo valor apresentado pelo governo municipal, que foi R\$ 127 mil. Enquanto que a União dá R\$ 200 mil para essas moradias, bônus-moradia. Só que a União tem uma receita de R\$ 1,3 trilhões de reais, e o Município R\$ 10 bilhões. Chegou a espantar, Ver.^a Lourdes, a comparação que se fez aqui que dá igual à verba da União. A União tem uma verba cem vezes maior quase, ou por aí, de receita, do que tem em Porto Alegre. Não tem por que nós darmos o mesmo valor que a União está concedendo, em primeiro lugar. Em segundo lugar, não adianta de nada, eu também sou capaz, todo projeto que vem aqui para a Câmara que apresenta uma possibilidade de doação, Bernardino, de “x”, se é 100 se apresenta a emenda para dar 120. Eu também sei apresentar emenda para dar 150. É muito fácil. Isso é para enganar a torcida, e os autores das emendas sabem isso. Se votar um processo com R\$ 200 mil, e o Executivo vetar, a população de Porto Alegre perde tudo. Portanto, eu acredito que nós votamos certo, nós não votamos contra a doação de recurso para o povo que está atingido pela enchente, apenas nós mantivemos aquele valor que já estava no projeto, e o projeto chegou aqui apenas e tão somente para desburocratizar. Aquele abraço. Obrigado.

(A Ver.^a Mari Pimentel assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, vereadores e vereadoras, na realidade, eu poderia usar o tempo de prestação de contas da Escola do Legislativo Julieta Batisttioli que eu presidi, pela segunda vez, de abril de 2023 a maio de 2024. O nosso foco de gestão seguiu as demais escolas legislativas do Estado e do País, que é buscar a aplicação e gerência dos conteúdos e estratégias de ensino, que são capazes de promover os resultados pretendidos no planejamento da Câmara de Vereadores e promover aperfeiçoamento e desenvolvimento pessoal, profissional, dos servidores, assessores ou gestores da Câmara. Então essa foi a nossa preocupação. Em nenhum momento permiti ideologias partidárias e eu gostaria de fazer um registro. Quero cumprimentar o Ver. Adeli e desejar que a Escola não caia mais no grau que caiu ao longo dos anos. Na parte administrativa, nós tivemos uma diretora, agradeço a ela, ela ficou em

licença, e nós reformulamos o *layout* da sala, *layout* dos cursos. Também na parte dos funcionários, nós temos um funcionário cedido da Prefeitura, que era do gabinete da Daiana, ele tinha sido colocado à disposição, nós resolvemos dar mais uma chance para uma pessoa que estava nos auxiliando, mais um funcionário concursado. Também fizemos uma enquete na Casa e, para nossa satisfação, tomamos conhecimento de que nós temos dez funcionários que são doutores na área deles, nas áreas de curso, e encontramos pessoas interessadas em seguir na direção da escola. Mas aí houve um lapso de tempo, e, para minha surpresa, o Presidente Mauro mudou o objeto da escola, tirando a prerrogativa que é de funcionário de carreira ser o diretor. A todos os funcionários que me perguntaram, eu quero afirmar que não tinha conhecimento e não concordo. As escolas legislativas devem ser geridas na sua execução por funcionários da Casa, funcionários concursados, e não CCs, mas cada um que preside a Câmara tem as suas prerrogativas, e se é certo ou errado, cada um que avalie. Bom, mas seguindo, nós exigimos, sim, o cumprimento do tempo, se é *online*, trabalhar para a Escola. Nós fomos muito positivos nesse ponto. Coloquei uma assessora minha, do meu gabinete auxiliando. Com isso nós conseguimos renovar diversos convênios, inclusive com o Senado Federal, com a faculdade do Senado, inclusive, com a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo. Levou um tempão, pois tem algumas coisas na Casa que trancam muito. Então eu vou colocar tudo aqui no SEI e dizer o que se promoveu. Eu vou falar rápido por causa do meu tempo. Curso para estagiários; curso de línguas; processo administrativo municipal; processo legislativo municipal; desafios atuais do pregão; seminário e conscientização de doenças reumáticas; projeto de capacitação do Conselho Tutelar envolvendo a escola; desafios do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente; palestra de disseminação da cultura previdenciária; seminário de políticas públicas para prevenção de doenças graves; programa de integração e acolhimento; palestra do Dia do Consumidor; palestra saúde mental em foco; debate sobre inteligência artificial; curso de prevenção de acidente. Também atuamos complementando um belo trabalho feito por um ex-funcionário que se aposentou, dois livros que foram editados na Feira do Livro. E também os convênios, formamos 11 convênios que estavam ou desatualizados ou que não existiam. Então, com isso, nós cumprimos mais um mandato e desejamos que não caiam de novo no ostracismo as atividades da escola, que ela seja valorizada e que os cursos devidamente... Todos os cursos que eu trouxe foram gratuitos, porque nós temos vários convênios, não há necessidade de pagar, por exemplo, R\$ 80 mil para um curso que surgiu para eu aprovar, e eu não aprovei, porque nós temos cursos gratuitos, e eu não quero confusão com o Tribunal de Contas do Estado, ser apontada. Então quero dizer que é com grande satisfação que inauguramos também a galeria dos ex-presidentes, porque afinal nós somos a Escola Legislativa da capital. E também, Presidente Mari, em exercício, eu quero dizer que chegam a ser covardes as críticas num momento em que nós temos pessoas sem nada, dormindo num colchão num abrigo, que perderam tudo, ainda não se estabilizaram e que nós temos mais de dez mil animais que vieram para Porto Alegre que nós vamos ter que arcar. E aí ficam fazendo ideologias políticas, e o coitado do prefeito – porque estar numa gestão dessa com equilíbrio, não é

para qualquer um... "Que não está limpo!" São 40 mil quilos ou 40 mil toneladas que são retiradas diariamente, são mil garis. E toda hora é crítica que o lixo não está sendo recolhido, eu digo assim: essa crítica é covarde, é canalhice botar tudo que tem sido colocado na rede por questões políticas, esquecendo que nós estamos num pós-guerra, com muitas pessoas sofridas. Obrigada.

Vereadora Comandante Nádia (PL): Presidente Mari, eu só estou utilizando este momento aqui, Ver.^a Lourdes - já que a senhora estava em liderança, não podia interrompê-la -, para parabenizá-la pelo trabalho que a senhora teve nesse um ano à frente da Escola Parlamentar. Eu tive o prazer de participar de vários eventos que a senhora organizou nesta Casa Legislativa. Eu quero dizer que eu nunca tinha visto a escola tão atuante quanto neste período em que a senhora assumiu a presidência. Então, quero parabenizá-la, de público, dizendo que é importante, sim, termos pessoas do seu quilate, da sua qualificação, e dizer que me senti muito bem representada. Parabéns e muito obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Muito obrigada, Ver.^a Comandante Nádia. Eu também parabenizo os trabalhos da Ver.^a Lourdes. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, colegas vereadores, público das galerias. Primeiramente, quero me manifestar em relação ao nosso primeiro projeto da pauta, o projeto que trata do confisco dos recursos dos fundos municipais. E eu acredito que a questão não é nem a origem do recurso, porque tudo é recurso público que tem que estar à disposição da nossa população, sobretudo nesses momentos de calamidade. Mas a natureza do fundo, enquanto um instrumento de controle social, eu acho que é isso que está em xeque. E é essa política que vem sendo desmontada, desde o governo Marchezan, de não permitir que a população tenha acesso àquilo que é seu, que é o recurso público, e isso é feito através dos conselhos municipais e através das constituições desses fundos públicos. Neste momento em que a população deveria estar participando mais dos rumos, da reconstrução da nossa cidade, do nosso Estado, nós vemos o governo Melo, novamente, com a mesma política que implementou nos quatro anos, de centralizar cada vez mais recursos e decisão na mão de um bando de gente que vem demonstrando que não tem capacidade de achar as saídas nem imediatas, quiçá estruturais para a crise ambiental, climática, social, econômica que a gente vem vivenciando no nosso Município. Por isso a orientação da nossa bancada é discutir isso com a população, apesar do momento de calamidade, seguir denunciando o desmonte da máquina pública, o desmonte do Estado e colocar este projeto também como mais um ataque aos direitos, à democracia e ao recurso que tem que ser dirigido pelo próprio povo. E a discussão também, hoje, na reunião de líderes, que foi colocada pela Ver.^a Cláudia, líder do governo, de votação de um projeto que é o anúncio de uma nova catástrofe, que é possibilitar o aumento do tempo de vida útil dos ônibus que circulam na nossa cidade.

Nós já tivemos uma audiência pública, infelizmente num dia de muita chuva, nesta Câmara, então foi uma audiência pró-forma, a audiência estava esvaziada, mas nada mais é do que permitir que ônibus que já estão sucateados, ônibus que já estragam no meio do caminho, perdem o freio, ônibus que não têm acessibilidade, ônibus que não têm as portas que fecham de acordo com a norma, ônibus cada vez mais precários para a nossa população, que não haja nenhum tipo de controle em relação à idade mínima dessas frotas. O projeto era muito pior; o projeto ainda queria desobrigar as empresas de instalarem equipamento de ar-condicionado. Nisso o governo Melo já recuou. Então, isso ressalta a importância da nossa luta, a importância de disputar a opinião pública usuária do transporte coletivo e dizer que com o governo Melo vai piorar. Todas as alternativas que foram trazidas para esta Casa por parte desse governo pioraram a situação do transporte. Muitos ônibus hoje já circulam com a data de validade vencida. O que o governo quer é justamente trazer uma legalidade para algo ilegal – e a gente já está questionando isso no Ministério Público – e implementar isso em forma de lei na nossa cidade. Temos que nos manifestar contrários em relação a isso, temos que denunciar isso para a população, porque é um absurdo o risco a que novamente esse governo quer submeter a nossa população.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Gostaria de registrar a presença do ex-vereador João Motta, do PT, ex-presidente desta Casa, que está aqui presente conosco na sessão plenária de hoje. A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Caros colegas e todos que nos assistem pela TVCâmara, eu venho muito chateada falar com vocês aqui hoje, porque todo mundo que acompanha meu trabalho sabe que eu jamais coloquei colegas expostos nas minhas redes sociais, mesmo quando eu tenho a mais absoluta discordância dos atos dos referidos. Não tenho esse costume, não uso as minhas redes de forma politiqueira, distribuindo ódio e chamando pessoas que, de outra forma, jamais conheceriam os vereadores para dentro das minhas redes, disseminando mentiras e calúnias sobre quaisquer de vocês aqui. Então, quando venho nesta Casa e peço a palavra como liderança em cima de uma publicação torpe, completamente desfigurada e mentirosa que o Ver. Giovanni Culau fez contra mim nas suas redes sociais, dizendo, mentirosamente — e vai ser interpelado judicialmente por isso —, que eu tenho ódio de pobre, meu Deus! Eu sou autora do projeto de lei de doação dos alimentos. A Ver.^a Biga, colega dele, que me conhece da coordenação da Comissão de Direitos Humanos, sabe que eu não tenho esse perfil, que trabalho questões indígenas, distribuição de alimentos, a questão de segurança alimentar. Então é, no mínimo, de uma irresponsabilidade absoluta colocar nas suas redes sociais. E aí, fiz ainda uma síntese das absurdas ameaças e das mentiras colocadas pelos seguidores do vereador contra mim, na rede dele: que eu ando de caminhonete de luxo, que eu nunca gostei de pobre, que eu tenho que ser confrontada na rua pela minha posição. E pasmem, colegas: por qual motivo? Porque eu vim publicar numa matéria sobre a

invasão do MTST no Centro de Porto Alegre no prédio do INSS, que não tem a menor condição de habitabilidade. Não tem PPCI. O que vocês querem? Um novo incêndio como teve em São Paulo? Vinte andares tomados pelo MTST pegaram fogo, dezenas de pessoas morreram, o prédio desabou, não tinha PPCI. É irresponsável! Não tem condição de habitação! Eu quero, sim, as pessoas que precisam de casa, as pessoas que perderam tudo, muito bem, ou num aluguel solidário, numa estadia solidária, por enquanto, mas numa casa bem colocada, num lugar de segurança, uma casa dada pelo governo do Estado, pelo Município ou pela União. Eu não aceito virem e mentirem a meu respeito nas redes sociais. Isso é de uma canalhice sem precedentes. Aqui, segundo o próprio Corpo de Bombeiros, em 2013, o governo federal só repassaria o prédio para a Prefeitura mediante pagamento de R\$ 50 milhões. Só R\$ 48 milhões em reforma. Pensem em quantas casas dá para comprar. O que vale mais a pena, deixar as pessoas lá num prédio caindo aos pedaços ou usar o recurso em moradia digna? Tenha vergonha, vereador! Tenha vergonha de expor seus colegas e mentir dessa forma nas redes sociais. Eu não aceito! Jamais lhe ataquei, sempre lhe respeitei, mas isso é inadmissível! O senhor será interpelado judicialmente para retirar essa mentira das suas redes sociais, porque é inaceitável o tipo de ódio que o senhor dissemina com esse tipo de coisa, com um monte de gente que não me conhece, que não conhece a minha trajetória, não sabe que eu já trabalhei em muitas comunidades. Não sabe, por exemplo, que eu sou idealizadora de todo o movimento hip hop, na época da Usina do Gasômetro. Nunca tive problema com gente de periferia, com gente de onde for, porque eu sou gente como a gente, eu ando, eu boto meu pé no barro, eu estive todos os últimos dias limpando comunidades que eu nem sequer conheço. Então, vereador, o mínimo que eu espero do senhor é um pedido de desculpas, um pedido de desculpas no mesmo local onde o senhor me destratou e mentiu a meu respeito. Porque eu nunca tive ódio de pobre, não sou uma pessoa preconceituosa, e eu diria que o senhor está, inclusive, cometendo violência política de gênero contra mim ao me expor dessa forma nas suas redes sociais e colocar um bando de gente me ameaçando. Muito obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, presidindo os nossos trabalhos, Ver.^a Mari, e todos que nos acompanham na tarde hoje. Quero, em primeiro lugar, saudar os integrantes da bancada do PSDB, Ver. Gilson Padeiro, Ver. Conselheiro Marcelo, e rapidamente falar sobre dois assuntos, tentarei ser o mais breve possível. Na última sessão plenária, eu ouvi inúmeros vereadores falando da calamidade, da ausência de políticas públicas sobre moradia. Estava presente aqui a secretária Simone Somensi, da Secretaria de Habitação, quando vários vereadores da oposição se revezaram dizendo-se frustrados, dizendo que, nos últimos 20 anos não houve política habitacional na capital, Ver.^a Cláudia. E eu, no compromisso de acelerar os trabalhos e não virar uma

tarde só de discussão, porque a gente queria votar os projetos de interesse da sociedade, não falei, mas subo aqui, na tarde de hoje, para rebater.

Esses vereadores que pensem sobre as suas falas, porque acredito que elas carregam uma parte, uma pequena parte de desonestidade intelectual, por um motivo simples: a Vila Dique II, que não é a Vila Dique, é do outro lado da *freeway*, entre o rio Gravataí e a *freeway*, se estabeleceu naquele local numa área imprópria do ponto de vista habitacional. As pessoas não foram morar lá porque queriam. A gente sabe dos problemas e das dores da sociedade. Mas elas estão lá, num local inadequado, há 40 anos. Não há 20 anos. A Rose – mostrei o vídeo da sua casa totalmente sem condições de retornar, os seus pais e o seu irmão deficiente – foi estabelecida lá, trinta e poucos anos atrás. E era o governo do partido desses vereadores que vieram aqui à tribuna dizer, em um recorte temporal que os convém muito bem no ano eleitoral. Eu não estou defendendo ou dizendo que os prefeitos, nos últimos anos, não deveriam ter feito mais. Eu topo essa crítica. Mas não façam essa desonestidade intelectual, como se, nos anos em que os seus partidos governaram, não tivessem se estabelecido nesta cidade inúmeras comunidades em áreas alagadas, em áreas de proteção ambiental, em áreas que foram atingidas, sim. E já que o Ver. Jonas Reis gesticula para mim, o meu segundo tema é o Ver. Jonas Reis. O Ver. Jonas Reis é o autor do *card fake news* que circulou aqui, e foi exemplificado pelos vereadores que me antecederam. O Ver. Aírto Ferronato, que é um vereador honrado desta Casa, falou levemente e não citou o Ver. Jonas Reis. Ver. Jonas Reis, a sua candidata à prefeita este ano, ou pré-candidata, a Maria do Rosário, votou contra a extinção da dívida do nosso Estado lá em Brasília. O senhor sabe quais foram os argumentos da deputada Maria do Rosário? Porque abriria um precedente perigoso para os estados e o governo Lula não teria condições de arcar. Ela teve um argumento coerente, pena que o senhor não usa o mesmo critério quando julga os seus pares. O senhor mentiu, Ver. Jonas Reis. O senhor é o maior patrocinador de *fake news* que tem na Câmara. E não adianta o senhor fazer o seu vídeo aí de baixo para a sua rede social, gritando, e promover *cards fake news*. O senhor fez mais um. O senhor vem aqui e usa emendas populistas, eleitoreiras, que são inexecutáveis. Siga o exemplo da sua líder, tenha pelo menos coerência política, já que a deputada Maria do Rosário usou um argumento que o senhor, pelo jeito, para ganhar votinhos, desconhece. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Vereadores! Ver. Jonas Reis!

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Vereadores, nós temos vereador na tribuna.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Obrigado, Ver.^a Mari Pimentel, na presidência dos trabalhos. Quero cumprimentar aqui todos os colegas, vereadores e vereadoras, quero cumprimentar todos os nossos visitantes, quero cumprimentar todos ouvintes da TVCâmara. Quero fazer uma fala hoje aqui, primeiro de agradecimento à companhia que tive aqui nesses últimos 20 anos, de muitos colegas vereadores e vereadoras, de todos que vieram após ou que vieram no decorrer desse período, a todos os nossos funcionários, na pessoa do Luiz Afonso e das nossas taquígrafas, que nos aturam no dia a dia, ali na escrita, dizer que esse Parlamento ocupou um espaço significativo na minha vida. Sempre fizemos o possível para ter uma Porto Alegre melhor. Eu quero aqui, aos colegas vereadores, agradecer e pedir desculpas por alguns momentos fortes que sempre se tem no Parlamento. Eu fui convidado, pelo ministro Paulo Pimenta, para assumir a Diretoria de Habitação na Secretaria Extraordinária para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul; portanto, estou me licenciando do meu mandato. O tema da habitação é um tema muito importante, muito nobre. Nós, os municípios, o Estado e a União, precisamos construir ou reconstruir aquilo que tem de mais digno na vida das pessoas e das famílias, que são as moradias, as casas, mas, nesse momento, não é só construir casas, temos que reconstruir cidades, temos que reconstruir o Estado - é uma tarefa muito desafiadora e uma tarefa muito nobre. Eu gostaria de continuar contando com cada um e cada uma de vocês, na positiva, para que nós possamos fazer os programas do governo federal tornarem-se realidade, junto com os programas do Estado e dos municípios. Na vida ninguém faz nada sozinho. Isso é um trabalho coletivo. Eu quero aqui agradecer ao meu partido, o Partido dos Trabalhadores, agradecer a oposição pelo momento, bem como dizer ao Ver. Everton Gimenis, que está assumindo aqui no meu lugar, que é um grande prazer e uma grande satisfação tê-lo aqui nesta bancada, um representante do sindicalismo da cidade de Porto Alegre, sindicalismo e trabalhadores que foram tão maltratados nos últimos tempos. É uma oportunidade para o senhor, aqui junto com a nossa bancada e junto com os demais vereadores, trazer aqui esse debate. Eu teria muito mais para falar, eu estou me licenciando, como esse é um ministério extraordinário, a gente não sabe com certeza a sua duração. Quero dizer que poderei voltar ainda neste mandato, mas estou falando como se fosse por todo este ano. Eu já tinha decidido não concorrer, porque eu acredito em alguns princípios das relações humanitárias, e um deles é que ninguém é insubstituível, todos nós somos substituíveis. Eu acredito também na juventude, e nós temos que fazer uma transição geracional, onde haja o respeito pela nossa experiência e por tudo aquilo que nós construímos ao longo da vida e, no mínimo, estarmos junto com a juventude para não cometerem os erros que nós cometemos ao longo da vida. E que a energia da juventude, bem como a sua rebeldia, nos sirva de inspiração e energia para continuarmos vivendo, e vivendo com forças para continuar realizando os nossos sonhos. Nesse sentido, o Bruno Matos, liderança

comunitária lá da Farrapos, jovem negro, de periferia, terá o meu apoio como pré-candidato. Esse é um processo que vai vir pela frente.

Eu quero aqui deixar um abraço ao Ver. Adeli Sell, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Gimenis e Ver. Jonas, do meu partido, bem como, abraçando os três membros do meu partido, abraço cada um e cada uma de vocês. Quero dizer que lá será um trabalho desafiador, obviamente se vocês necessitarem e quiserem que a gente venha aqui ajudar a construir ou a resolver problemas, estarei à disposição.

Por último, eu quero convidar cada um dos vereadores e das vereadoras... Meu último projeto até este momento, que protocolei hoje, é um projeto para que nós possamos construir na cidade um monumento a todos os voluntários e todos os trabalhadores e trabalhadoras que lutaram no resgate durante a enchente em Porto Alegre. Então quero, como último gesto aqui deste período, convidar os 35 vereadores para assinarmos juntos, e nós fazermos isso como uma postura que Porto Alegre vai se reerguer, tem como se reerguer, o Rio Grande do Sul também. E, já que nós somos a base, o alicerce do Brasil, pelo menos no mapa, certamente nós teremos muita energia e muita força para reerguer o Rio Grande, Porto Alegre e o Brasil.

Quero deixar um abraço aqui para os nossos visitantes que vêm junto com o nosso mandato e apoiar o Gimenis aqui para ter essa continuidade. Também dizer aos colegas que a vida é rápida; quando nós entramos aqui, eu não tinha cabelo branco, o João Bosco Vaz tinha todos os cabelos. A vida nos prega muitas peças ao longo dela. Quero lembrar do vereador João Antônio Dib, do Pedro Américo Leal, do Clóvis Ilgenfritz, grandes nomes que estiveram conosco aqui construindo um período. E este é um Parlamento que honra a cidade de Porto Alegre, nós temos muitos embates, muitos debates, mas não é um Parlamento, Ramiro, que vai para as páginas policiais ou para os grandes momentos de desencanto da política. Eu acredito na política, assim como vocês, mas nós temos que fazer política sempre com o P maiúsculo. Então eu quero aqui, neste momento, deixar um abraço para cada um e cada uma. A Ver.^a Mari Pimentel, que como símbolo da mulher, está dirigindo os trabalhos neste momento, e eu quero reafirmar aqui que lugar de mulher também é na política. A primeira mulher presidenta desta Casa foi a nossa colega do partido Margarete Moraes; depois, veio a Sofia Cavedon, a Maria Celeste, a Mônica Leal, e tem espaço para muitas outras colegas vereadoras assumirem esse papel. Oxalá que tenhamos também a primeira mulher prefeita nesta cidade. O futuro não se sabe a quem pertence. Então, como temos muitas colegas aqui que têm essa potência, que possamos um dia ter uma mulher também prefeita da cidade de Porto Alegre. Ver.^a Mari Pimentel, se a senhora permitir quebrar o protocolo...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Com certeza. Nós vamos deixar os vereadores se manifestarem com apartes, e já agradeço também.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Então, eu quero, em primeiro lugar, já falei da tribuna, te cumprimentar, e que sei do teu conhecimento profundo no tema. O País ganha com isso, o Rio Grande do Sul ganha. Então, meus parabéns, sucesso na

jornada, e nós estamos aí. Eu só quero fazer uma pergunta rápida: o projeto que cria o Monumento do Voluntário já foi apresentado?

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sim, senhor.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Porque eu estava exatamente há 10 minutos, tratando do encaminhamento do projeto, e cumprimentar e dizer que vamos assinar contigo.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Eu li o pensamento de vocês aqui.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Um abraço e cumprimentos.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Vereadora Mônica.

Vereadora Mônica Leal (PP): Ver.^a Mari Pimentel, muito significativo o momento em que uma mulher está presidindo esta sessão. Ver. Comassetto, por mais que eu tentasse aqui, em palavras, expressar toda essa caminhada que nós, vereadores de muitos mandatos já fizemos, eu estou no meu quarto mandato, antes de ser vereadora, eu trabalhei com o Ver. Pedro Américo Leal, por 12 anos. Então convivo nesta Casa há muito tempo, são 16 mais 12. Há muito tempo eu convivo com vocês e aprendi com meu pai, o sábio coronel Pedro Américo Leal, esse bom relacionamento político, esse trato civilizado, onde nós não concordamos muitas vezes, mas nós nos respeitamos acima de tudo. Então eu quero aqui deixar o meu abraço, a minha admiração e boa sorte, conte com esse Parlamento da capital do Rio Grande do Sul para tudo que estiver, dentro das nossas possibilidades legais, ao nosso alcance, para ajudar a nossa cidade, no seu novo cargo. Parabéns, merecido.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Obrigado, Ver.^a Mônica. Ver.^a Lourdes.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Ver.^a Mari, na presidência; Ver. Comassetto. Eu aqui, acho que três mandatos convivemos, que esta convivência, bem dito pela minha colega, é fruto da elegância que hoje não tem, essa educação que veio da nossa geração. Então a convivência divergindo, tendo outras ideologias, não anula a boa convivência. Quero te parabenizar, desejar que tenhas conquistas na habitação, pois precisamos tanto reconstruir esse Rio Grande, e pode contar conosco do MDB para colaborar nessa nova missão que tu estás assumindo. Parabéns.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Ver.^a Lourdes. Ver. Márcio Bins Ely.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Ver. Comassetto, também quero lhe desejar pleno êxito nesse trabalho árduo. Vossa Excelência está assumindo, quero reiterar aqui aquele meu pedido que eu fiz na segunda-feira, para que a gente possa também incluir aí os corretores de móveis e as imobiliárias nesse trabalho de reconstrução do direito à moradia, moradia digna; estivemos conversando sobre os proponentes ofertantes, que não foram incluídos no decreto do governo federal, para que também o mercado imobiliário possa estar inserido nesse contexto de reconstrução, porque não é só a questão da reestruturação de tudo que representa o desastre natural que sofre o nosso Estado, mas também esta questão do local onde as famílias, onde as pessoas moram, porque elas vivem nas suas casas, ou elas pagam aluguel ou elas adquirem o imóvel. Então já fica aí também esse pedido reforçado para esse novo desafio que se avizinha. Então, meus cumprimentos e um abraço fraterno. Obrigado.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Obrigado, Ver. Byns. Ver. Jonas.

Vereador Jonas Reis (PT): Querido colega Ver. Comassetto, em nome do PT, do Ver. Oliboni, Ver. Adeli, também agora que vai lhe substituir o Ver. Gimenis, queremos agradecer os seus esforços em nome da cidade nesse momento difícil, e a indicação justíssima, merecida, pela sua capacidade técnica, conhecimento acumulado ao longo dos anos na defesa da habitação de interesse social neste Município e também no Rio Grande do Sul. Esperamos que faça um bom trabalho junto ao ministério extraordinário, que a gente possa, coletivamente, nesse Rio Grande do Sul, representar esforços de todos os entes federados para a reconstrução. Vai ser muito importante a sua ida, e nós ficamos muito felizes, ficamos também com saudades, sentidos da sua ausência aqui no Parlamento municipal, mas sabemos que a missão é fundamental, por isso a gente deseja boa sorte em nome do povo gaúcho e principalmente do povo porto-alegrense.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Ver. Jonas.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): Ver. Comassetto, falo aqui em nome do PSDB, do Ver. Conselheiro Marcelo, do nosso líder Ver. Moisés Barboza, dizer que te desejo sucesso, tu és uma pessoa conhecedora da cidade de Porto Alegre e também conhece bastante o Estado. Sei que essa sua ida vai nos trazer muito retorno, também aqui para Porto Alegre, e sei também que tu vais ter um tratamento especial para a nossa Zona Sul e Extremo-Sul de Porto Alegre onde a gente vai conseguir dar um pouco mais de dignidade para toda aquela comunidade ali. Sucesso na tua caminhada.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Muito obrigada, também gostaria de parabenizar, desejar sucesso ao longo dessa jornada; conte com a Câmara de Vereadores também.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Ver. Comassetto, que bom nós estarmos nesta sessão presidida pela Ver.^a Mari Pimentel, uma colega nossa, mulher que tem tido todo comprometimento com a nossa cidade. Quero dizer que nós vivemos um período pequeno aqui nesta Casa, mas já temos um convívio de militância de muito tempo e nos conhecemos e sabemos da importância de ter pessoa como você neste espaço do qual foste convidado. Para nós é motivo de orgulho sair um vereador desta Casa para assumir um ministério e, exatamente nesta pasta da habitação que é hoje, digamos que a questão mais dolorida do nosso povo. Vivemos numa cidade que regularização fundiária é uma palavra remota e que, na prática, não se viu. Saber como as pessoas estão hoje desalojadas, e que aquelas que tentam buscar moradia são atacadas; a dificuldade em a gente ter que ouvir propostas de segregar as pessoas e colocar em locais sem a menor condição urbana que tenha iluminação sequer ou esgoto cloacal. Portanto, a sua tarefa é árdua, é gigante, e nós torcemos muito pelo êxito da sua tarefa e queremos colocar a bancada do PCdoB à disposição dessa sua diretoria, e logo já vamos pedir agenda, senhor diretor da Habitação do Ministério Extraordinário. Parabéns!

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Ver.^a Abigail. Ver.^a Mari, para concluir, quero agradecer de coração a fala de todos os colegas vereadores e de todos os presentes. E dizer que, certamente, podem contar comigo, eu estou à disposição para construir. E nós temos que construir, tendo por princípio a humanidade e, como eu já disse, a habitação é um tema nobre. Sem casa, não existe cidadania e sem cidade não existe também humanidade. Dentro desse princípio da urbanidade, nós precisamos reconstruir muitas coisas, e é óbvio que não é uma diretoria transitória que vai construir tudo isso, mas queremos deixar alguns alicerces construídos. Eu ouvi aqui, a Ver.^a Fernanda veio aqui fazer um reclame da ocupação dos prédios públicos, certamente, esse já é um projeto existente do governo federal, que se chama se Retrofit, para ocupar todos os prédios públicos federais. Vamos nos dedicar a isso. Ver. Márcio Bins Ely, o seu reclame já está atendido, vai haver uma *live* com o superintendente da Caixa Econômica Federal, com todos os corretores com o Creci para explicar o formato de trabalho na relação para que os imóveis ocupados entrem, já estão entrando, mas há uma questão, um detalhe que precisa ser ajustado. Falei com o Renato Scalabrini, que é o superintendente da Caixa, e ele me disse que já tinha conversado com o senhor e já tem uma nova *live* organizada para avançar nesse tema. Conversaremos, quero estar junto com ele nesse sentido. Eu quero deixar um abraço a todos vocês, muito obrigado aos nossos visitantes. Muito obrigado, Ver.^a Mari.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Muito obrigada. Passo a palavra para o diretor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo documento firmado pelo Ver. Engº Comassetto, o qual tem o seguinte teor: "Sr. Presidente. Comunico a minha investidura no cargo federal de diretor de habitação e saneamento da Secretaria Extraordinária para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, da Presidência da República Federativa do Brasil, a partir do dia 06 de junho de 2024. Em consequência, entro na licença prevista no artigo 218, inc. VIII, do Regimento desta Casa."

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Em razão disso, declaro empossado na vereança o suplente Everton Gimenis e informo que V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Parabéns, vereador. (Pausa.) O Ver. Everton Gimenis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): Boa tarde, Ver.^a Pimentel, presidindo a sessão, queria saudar os senhores vereadores, as senhoras vereadoras. Queria fazer uma saudação especial ao povo que está no plenário, bancários e bancárias, dirigentes sindicais, líderes comunitários, a minha família, amigos que vieram aqui neste momento importante. Também quero fazer uma saudação muito especial para o companheiro Ver. Engº Comassetto, que está se licenciando neste momento para assumir uma tarefa importantíssima, talvez a tarefa mais importante desse ministério da reconstrução, porque a gente sabe que milhares de famílias no Rio Grande do Sul e na nossa cidade de Porto Alegre perderam suas casas, seus lares. E a reconstrução dessas casas é um fator fundamental para que o trabalho desse ministério tenha sucesso. E o Ver. Comassetto tem uma experiência larga na habitação, não só aqui na Câmara, mas nesse tema da habitação, na habitação social, e, com certeza, Comassetto vai fazer um grande trabalho lá, junto com o Presidente Lula, com o ministro Pimenta, e nós vamos ter sucesso nessa empreitada. Sobre o momento, a gente assume num momento em que eu acho que esta Casa se reveste de uma importância cada vez maior, porque um dos princípios, uma das funções nossas, de vereadores e vereadoras, é fiscalizar o Poder Executivo municipal. E depois de tudo que aconteceu nos últimos tempos aqui em Porto Alegre, a gente vê como essa tarefa é fundamental. Pois vejamos, no ano passado tivemos problemas de corrupção na secretaria de Educação, até com prisões. Este ano mesmo, nós tivemos uma tragédia com dez mortes na Pousada Garoa – numa pousada que era terceirizada – por falta de fiscalização do contrato da Prefeitura, apesar de muitas denúncias de órgãos, entidades, inclusive de vereadores aqui sobre as irregularidades daquela pousada e da falta de condições de atender às pessoas em vulnerabilidade que aquela pousada tinha. E agora, na maior tragédia climática do Rio Grande do Sul e da nossa cidade, nós também vimos, é só escutar qualquer especialista e não só os de esquerda, todos, em toda grande mídia nacional, que Porto Alegre poderia ter tido um impacto muito menor, apesar das chuvas fortes, se tivesse manutenção no sistema de proteção anti cheias; se tivesse manutenção no muro, nos diques, se tivesse manutenção e modernização das casas de

bombas, muitos bairros, ruas e locais de Porto Alegre não teriam sido atingidos da forma que foram. Então nós temos que fazer esse papel de fiscalizar. E mais, isso não era uma novidade e não foi uma surpresa para a administração municipal, que o próprio prefeito Sebastião Melo, tem um vídeo dele circulando na internet, que, em 2020, na campanha para prefeito, ele acusava o ex-prefeito Marchezan de ter perdido um projeto de R\$ 124 milhões da Caixa Econômica Federal, que era para recuperar, para modernizar o sistema de proteção às cheias. Inclusive ele dizia que uma das coisas que fazia alagar – ele estava num alagamento no dia desse vídeo – era a casa de bombas não funcionar e, por isso, esse projeto continha geradores para todas as casas de bombas. Portanto ele sabia que tinha que modernizar as casas de bombas e que tinha que comprar geradores. E o que ele fez nesses quatro anos? Nada, nem refazer o projeto, que ele acusou o prefeito anterior de perder, ele não refez para pegar o dinheiro na Caixa Econômica Federal e em qualquer outro órgão. Portanto, foi por descaso, incompetência e falta de manutenção que nós tivemos esse problema sério. E agora o Comassetto está indo lá para o ministério, e a gente está vendo que o governo federal vai investir bilhões, inclusive o Melo foi lá agora pedir um aporte de milhões para a reconstrução de Porto Alegre. E, portanto, nós, vereadores e vereadoras, esta Casa vai ter um papel fundamental, Presidente Mari, de fiscalizar o aporte desses recursos que vierem, seja de organismos internacionais, seja do governo federal, se eles vão ser bem aplicados, se de fato eles vão ser aplicados na reconstrução do que precisa. A periferia está abandonada, tem atos todo dia no Sarandi, na Vila Farrapos, porque o lixo está jogado pelo chão, porque as pessoas não conseguem voltar para casa. E esses recursos são importantes que venham, porque nós precisamos reconstruir a nossa cidade. O Eng^o Comassetto vai estar nessa função, junto lá com o Ministério, mas nós precisamos, esta Casa precisa propor unificar a cidade, propor soluções e precisa fiscalizar como esses recursos vão ser utilizados, como vão ser aportados. Então é muito importante isso, portanto a gente assume, sou muito feliz de assumir aqui num momento tão importante para a nossa cidade. A gente quer ter um mandato que contribua para este momento de reconstrução que a nossa cidade tanto precisa, junto com o povo, junto com os movimentos sociais, porque a nossa luta sempre foi ao lado do povo, ao lado dos movimentos sociais, e o nosso mandato vai estar de portas abertas para os movimentos sociais desta cidade e na reconstrução da nossa querida Porto Alegre. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Ver.^a Mari Pimentel, que preside a sessão, demais colegas vereadores e vereadoras, hoje ocupo mais uma vez esta tribuna em liderança pelo PCdoB e vim preparado para debater um conjunto de temas fundamentais para a nossa cidade. A Ver.^a Karen Santos falava aqui sobre o tema do transporte público; nós votaremos como primeiro item de pauta, Ver.^a Abigail, o tema dos fundos; mas evidentemente que a fala da Ver.^a Fernanda Barth, que me dá a

honra da gravação, fez com que eu tivesse que mudar o rumo da minha manifestação. E eu preciso, vereadora, olhando nos seus olhos, ou pelo menos tentando, assim como fiz quando a senhora ocupava a tribuna, dizer que vergonha deveria ter a senhora pelo que disse. Vergonha deveria ter a senhora pelo que disse! E, veja bem, veja bem, Fernanda, tu me acusas daquilo que tu promovês. Tu me acusas de promover o ódio, mas eu quero lembrar aos colegas vereadores e vereadoras que foi a Ver.^a Fernanda que apresentou um projeto de lei altamente lgbtfóbico nesta Câmara Municipal, e teve inclusive que retirá-lo, porque para ti – que me gravas neste momento – a existência de homens gays – como eu – são uma ameaça às crianças nas nossas escolas. A senhora, Ver.^a Fernanda, que fala sobre a necessidade de eu retirar eventualmente alguma publicação das minhas redes sociais, foi a senhora que teve que retirar as *fake news* que postou contra a então candidata Manuela d'Ávila, nas eleições de 2020. Venha cá, seja corajosa, como eu, e peça desculpas pelas *fake news* que a senhora compartilhou. Ou peça desculpas para a cidade, quando teve que retirar das tuas redes sociais a repercussão que deu aos atos golpistas, aos vândalos do 8 de janeiro. Peça desculpas para a cidade. A senhora inclusive falou de tudo menos do que é mais importante, a senhora não disse aqui se reafirma a barbaridade que disse. A senhora falou sobre favelização vertical. Eu quero saber o que a senhora tem de problema com as favelas desta cidade! É isso que eu quero saber! O seu problema é com pobre morando em prédio alto? Só podem morar no Centro os ricos? É isso que eu quero entender da senhora.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Fernanda Barth.)

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): O que eu publiquei nas minhas redes sociais são manifestações da senhora, que a senhora não retirou aqui nesta tribuna, e por isso me permite a interpretação de que é uma política de ódio aos mais pobres. E eu reafirmo aqui, desta tribuna: a mesma política de ódio aos mais pobres que fez com que a população mais pobre fosse retirada do Centro e jogada para a Restinga e para outras periferias da nossa cidade, que são aquelas mais atingidas por essa tragédia climática, política e ambiental que nós vivemos hoje e que a senhora, de forma cínica, às vezes vem aqui prestar a sua solidariedade, mas reproduz a mesma política que nos levou onde nós chegamos. E, já que a senhora segue falando e não me ouve como eu a ouvi, quero dizer, para terminar, que o meu problema com a senhora e a nossa contradição não é de gênero, ela é de classe. A senhora defende uma política higienista, gentrificação social, e eu seguirei denunciando a senhora, o Ramiro e quem mais defender essa política absurda na nossa cidade. Mas, em relação ao que a senhora disse, eu quero lembrá-la que o meu PCdoB, o PCdoB da Ver.^a Biga, foi quem incluiu, no Regimento desta Câmara, a vedação à violência política de gênero, e uma oportunista como a senhora votou contra. Além disso, a senhora me ameaça, dizendo que entrará na justiça. O prefeito, que a senhora defende, entrou na justiça contra mim, contra a Manuela, contra o PCdoB, contra o JR, porque não gostou do que eu disse. Perdeu, assim como a senhora também perderá! Eu não tenho medo do que digo e, assim como disse lá atrás,

que Melo era um negligente com a questão ambiental e, de fato, é, a senhora defende uma política antipovo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

(Manifestações no plenário.)

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Cumprimentando a Presidente Mari no exercício da presidência dos trabalhos, cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, senhoras e senhores. Quero dizer que estive ontem à noite na Rua 13 de Setembro, lá no final do bairro Ruben Berta, divisa com Viamão, onde caiu a passarela de pedestres. Na divisa com Alvorada, desculpa, onde caiu a passarela de pedestres. Estivemos lá com o Luiz, que é o vice-presidente da associação, e com o Zu, que é o presidente da escola de samba de Alvorada. Quero, então, fazer um apelo para que a gente possa encontrar uma solução para aquela comunidade, porque muitas crianças vão à escola em Porto Alegre, transitam ali, mães, enfim. Ontem, imagina, eram 21 horas e tinha um uma série de moradores acompanhando a nossa visita. Uma situação muito difícil. Eu acredito que deva ter uns cinco ou seis metros de altura no vão que liga Alvorada a Porto Alegre. Então, acho muito oportuno e importante que nós possamos nos debruçar urgentemente sobre uma solução para uma passarela de pedestres ali. Agradeço a presença do secretário Schirmer. E faço o registro oportuno e necessário, ali está a Associação dos Moradores da Vila Alexandrina, no bairro Rubem Berta, então quero fazer menção a essa visita que nós fizemos. Quero também me manifestar no sentido de fazer um esclarecimento com a minha fala relativa a assunção do Ver. Comassetto a esse trabalho junto ao governo federal, de reconstrução do nosso Estado, no que diz respeito ao Programa Minha Casa, Minha Vida, que está sendo coordenado pela Caixa Econômica Federal para aquisição dos imóveis de R\$ 200 mil que o governo federal vai comprar. Inclusive, o ministro Paulo Pimenta manifestou-se no sentido de que esta semana já tem expectativa de estarem adquirindo mais de dois mil imóveis. No decreto do ministro Jader Barbalho... Eu já pedi providências ao Ver. Comassetto, e já oficiamos através do Conselho Federal e do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Rio Grande do Sul, do qual estou licenciado como presidente, mas através da gestão que ora me sucede, o nosso presidente interino, o Naor, já oficiamos a Caixa e o ministro Jader Barbalho Filho, por quê? Porque ali no regramento traz, como proponente ofertante, o proprietário, as construtoras e as instituições financeiras. Ou seja, os corretores de imóveis e as imobiliárias não estão aptas a serem proponentes ofertantes dos imóveis a serem adquiridos pelo governo federal para reestruturação e realocação das pessoas atingidas que perderam as suas casas, que perderam tudo. Mas toda a carteira de imóveis, a maioria, está nas imobiliárias. Muitas imobiliárias estão nos ligando, ontem mesmo eu recebi uma ligação, porque os proprietários e as construtoras estão retirando os imóveis das imobiliárias, que é, na realidade, quem trabalha o dia a dia da compra e

venda, da locação, da gestão de condomínio, da avaliação imobiliária, são as pessoas que têm os contatos, o relacionamento, que podem, inclusive, auxiliar as pessoas numa série de documentos relativos à certidão de ônus, reipersecutória, matrícula, todo esse encaminhamento que é feito normalmente pelo corretor de imóveis. Ora, se o proprietário quer delegar a um corretor ou a uma imobiliária fazer a intermediação e a organização da venda do seu imóvel para o governo federal, ele não pode, porque não está classificado como proponente ofertante no regramento federal que diz respeito ao programa. Então, quero fazer esse apelo da tribuna, porque é uma categoria que tem expertise, que pode auxiliar nesse momento, porque isso aí não é assim: "Ah, o meu imóvel vale R\$ 200 mil e a Caixa vai lá e vai pagar R\$ 200 mil." Não é assim que funciona. Não é todo mundo achar agora que tudo que é imóvel vai valer R\$ 200 mil. É muito mais complexo do que parece. Quem tem expertise para auxiliar nesse momento são os corretores, são as imobiliárias. Então, nós queremos fazer essa ponderação com o governo federal, queremos fazer essa ponderação, sim, com ministro Jader Barbalho, com o ministro Pimenta, para que o mercado imobiliário possa ser alimentado pela expertise dos corretores e das imobiliárias para esse momento de enfrentamento à maior catástrofe natural que vive o nosso Estado. Também dando a sua contribuição para que quem perdeu tudo, para que quem perdeu muito, para que aqueles que precisam ser realocados possam contar com a expertise do mercado imobiliário dos corretores gaúchos para auxiliar nessa dura tarefa de talvez buscar uma nova moradia para milhares de famílias gaúchas. Fica aqui a nossa consideração, o nosso apelo, e espero que, agora, quem sabe, já agendei para segunda-feira estar conversando com Ver. Eng^o, que assume amanhã, já disse que me recebe na segunda-feira, para que nós possamos ver como é que podemos chegar a bom termo nesse encaminhamento. Pela atenção, muito obrigado, fica a nossa consideração.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente, meus caros colegas, subo a esta tribuna, afinal de contas fui citado pelo vereador do Partido Comunista do Brasil, que falou aqui uma série de barbaridades e de ataques à colega Fernanda Barth e à cidade de Porto Alegre. Algumas semanas atrás, nós estávamos aqui nesta Casa e todos nós, de todas as correntes ideológicas, cobramos respostas sobre o incêndio da Pousada Garoa, que matou 10 pessoas. Todos nós, do Partido Comunista ao NOVO, do PP ao PL, MDB, absolutamente todos nós cobramos respostas e ainda exigimos respostas para identificar quem foram os responsáveis por 10 pessoas em situação de vulnerabilidade terem queimado até a morte na Pousada Garoa. Porém, a hipocrisia do vereador comunista Giovani Culau, aqui, é latente, porque para atacar, quem sabe, o governo, para ganhar mídia, ele critica as condições da Pousada Garoa com pessoas em situação de vulnerabilidade, mas ao mesmo tempo sobe aqui para defender que as pessoas mais pobres, que as pessoas necessitadas, vivam num prédio que é uma arapuca, ou vai me dizer que o prédio do INSS, do governo federal, no Centro Histórico

da cidade, tem PPCI? Vai me dizer que tem um extintor de incêndio lá dentro que funcione? Vai me dizer que as escadarias, que a infraestrutura, que a estrutura predial está em condições de segurança para habitabilidade?! É óbvio que não! Ele vem aqui acusar os outros de odiar os mais pobres, quem odeia pobre é Giovani Culau, que quer que pobre viva dentro de um prédio sem quaisquer condições, em que pode acontecer o mesmo que aconteceu na ocupação, invasão, do mesmo MTST em São Paulo, onde um prédio desabou, fez vítimas, deixou marcas em famílias, em pessoas e na cidade de São Paulo. Esta é a receita que o Ver. Giovani Culau e Coletivo, do PCdoB, quer repetir em Porto Alegre. Ele quer uma nova Pousada Garoa, ele quer que as pessoas não tenham dignidade, que as pessoas que foram atingidas pela enchente sejam, inclusive, preteridas. Ou vocês vão me dizer que o MTST tem um cadastro da assistência social, está dialogando com o poder público federal, estadual e municipal, para ver quem é que tem prioridade, direito à moradia. É óbvio que não. Não sei, inclusive, se tem alguma pessoa dentro desta invasão do prédio do INSS que tenha, de fato, sido atingida pelas enchentes, não sei. O que eu sei é que tem gente pagando, pagando pela operação para estar lá, tem gente pagando para confeccionar faixa, tem gente pagando para o transporte, tem gente pagando para que aquelas pessoas estejam lá dentro, isso tem. Agora, pessoas atingidas pelas enchentes, não temos respostas. Nós votamos aqui uma emenda, na segunda-feira, garantindo prioridade no acesso a benefícios, recursos, para famílias que tenham as mulheres como chefe de família. Na invasão do MTST está se cumprindo isso? Lá dentro estão as mulheres chefes de família colocando a si próprias, a seus filhos, em risco de incêndio, em risco de falha estrutural? É óbvio que não. Então o Ver. Giovani Culau e Coletivo mais uma vez demonstra a velha hipocrisia e retórica podre da esquerda porto-alegrense, gaúcha e brasileira, que usa da tragédia para fazer política. E tanto é verdade que, mais uma vez, agora estão usando do drama habitacional, que nós precisamos, sim, enfrentar, que o governo federal precisa cumprir a sua parte, que o governo estadual precisa cumprir a sua parte, que o governo municipal precisa cumprir a sua parte, que a Câmara de Vereadores está buscando cumprir a sua parte, usa esse drama para fazer política, para impor uma agenda de invasões, que é coordenada em todo o Brasil. Tanto usa para fazer política, Luiz Afonso, que eu peço que coloque aqui, por favor, duas imagens, para concluir, Luiz Afonso, se puder colocar...

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Tanto usa para fazer política, que eu vou mostrar aqui uma coisa: o tipo de solidariedade que o PCdoB faz; o tipo de solidariedade e uso da tragédia que Giovani Culau do PCdoB faz – Luiz Afonso, se puder colocar as imagens –, ele, que diz que defende as comunidades; ele, que diz que defende os mais pobres. Aqui, por exemplo, isso aqui é foto de solidariedade? Isso aqui é foto de ação social, discursando com microfone em frente a doações, em frente à tragédia? Discursando, fazendo palanque! Bota a próxima, Luiz Afonso, bota lá, por favor, que é importante mostrar, é importante expor a hipocrisia.

(Aparte antirregimental do Ver. Giovani Culau e Coletivo.)

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Olha ali: solidariedade, ali, "solidariedade não tem fim", com bandeira política. Eu não vi bandeira nem do PT, nem do PL, nem do Republicanos, nem do PSDB, nem do Novo, mas aqui, na hora de fazer solidariedade, leva a bandeira partidária, leva a política partidária! É pura campanha, uso da tragédia, e vão usar essas pessoas e fazer mais uma pousada Garoa na cidade de Porto Alegre. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Questão de ordem?

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, o vereador falou dois minutos a mais. Qual é a prerrogativa disso?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Boa tarde, Presidente Mari Pimentel, colegas vereadores, público que nos assiste tanto presencialmente quanto pela TVCâmara. Eu gostaria de começar a minha manifestação fazendo uma diferenciação que eu acho que é um problema que a extrema esquerda caviar tem: é sobre invasão e ocupação. Invade... Primeiro vamos falar sobre ocupação, que eles gostam bastante. Ocupa aquilo que é teu; a gente ocupa a nossa casa, a gente ocupa o nosso espaço na tribuna, a gente ocupa aquilo que é nosso. Agora, invasão significa invadir o espaço do outro, seja público ou particular; portanto, quando chamam de ocupação a questão do MTST em um prédio público federal, está errado, ali é uma invasão. Então acho que essa conversa de ocupação dessas pessoas militantes é única e exclusivamente para poder furar a fila. É algo que é bom a gente chamar, porque existe uma fila para habitação popular – há o Minha Casa, Minha Vida, e a própria secretaria da Habitação tem um rol de pessoas que aguardam dignamente o momento de serem chamadas para terem a sua casa própria. No entanto, os militantes da extrema esquerda, caviar, porque adoram uma riqueza, porque adoram uma boa comida, uma boa viagem, um bom tênis, esses invadem prédios públicos, locais públicos para terem oportunidade de, primeiramente, serem retirados e terem as suas habitações furando a fila. Não tem nada mais odioso, não tem nada mais canalha, não tem nada mais covarde e oportunista que um parlamentar que não tem bandeira, que não tem um trabalho realmente dentro desta Câmara, que não tem pauta que justifique a sua permanência em uma câmara legislativa falar sobre manifestação de ódio aos pobres. Uma forma muito vil de o vereador do PCdoB, do Partido Comunista, atacar uma colega, porque ele não tem, infelizmente, nenhuma justificativa para fazê-lo. Aliás, colegas vereadores, esse *print* saiu do grupo da base, e eu gostaria muito de saber

quem é, Ver.^a Cláudia, do grupo da base, que é o X9, o fofoqueiro que adora ver o circo pegar fogo e colocar para a esquerda, para a oposição, falas de vereadores que estão ali conversando, quando, nesta Câmara, e vou dizer, estou no meu segundo mandato, o primeiro mandato tinha um nível muito melhor. O nível do meu segundo mandato está aquém do que eu esperava; mas vamos lá. É um prédio que o MTST invadiu, próprio do governo federal, que não está habitável, é um prédio que infelizmente têm problemas de PPCI, têm problemas de infiltração, têm problemas, inclusive, de ter algum tipo de incêndio. Mas, o PCdoB, PT, PSOL adoram e preferem que as pessoas invadam, porque são seus militantes, para fazerem algum tipo de pauta que possa angariar votos. Mas eu vou dizer para vocês, dizer que é para varrer para a lata do lixo a Ver.^a Fernanda Barth, no mínimo, isso é um oportunista que está fazendo. Infelizmente, esse vereador está fazendo, sim vereadora, uma violência política de gênero, porque se fosse em outra situação, por muito menos, outros seriam colocados na Comissão de Ética, estariam no processo judicial. Isso é ameaça a uma mulher; e quando eu vejo algumas mulheres aí na plateia fazendo cara feia para mim, provavelmente deve ser fome que essas pessoas estão, ou inveja, porque aqui eu ocupo meu espaço, assim como eu já vi o Simpa aqui invadindo com pessoas que, infelizmente, assumiram como suplentes.

Para encerrar, Presidente, eu quero dizer que nós protocolamos, na segunda-feira, um projeto de lei que diz o seguinte: aquele que cometer crime de invasão ou ocupação a áreas ou imóveis públicos ou privados, ficará proibido, no âmbito municipal, por período de cinco anos, a contar com qualquer tipo de programa municipal, seja ele habitacional, seja ele de assistência social. E assina, junto comigo, Ver.^a Fernanda Barth e Ver. Jessé Sangalli, todos do PL. Chega de invasão, vamos trabalhar por uma Porto Alegre mais segura e correta. (Palmas.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente Ver.^a Mari Pimentel, vereadores, vereadoras que estão nesta sessão plenária, aos demais que nos assistem; eu me sinto na necessidade de subir nesta tribuna, pois como jornalista, a gente, quando dá uma informação, tem que ter a fonte. Não pode falar sem explicar o que está acontecendo em respeito às pessoas que estão aqui nos assistindo. O motivo de todos virem a essa tribuna, exteriorizarem a sua indignação, é esse *card*, porque é um *card* mentiroso. É um *card fake news*. Eu não consigo entender qual é o objetivo desse tipo de *card*, aliás, no passado, numa outra legislação nós tivemos também um vereador que hoje é deputado que tinha o hábito de fazer isso, ele tinha uma narrativa mentirosa e soltava *cards* desse modelo assim.

O que é importante explicar sobre o projeto bônus-moradia? O objetivo principal deste projeto é o atendimento da entrega de bônus-moradia às famílias atingidas de forma rápida e eficiente. Por isso deve ser tratado com a máxima responsabilidade, ou seja, com agilidade e facilitando o processo para que chegue rápido na mão de quem mais

precisa. Mas, para que isso aconteça, nós temos que ter muito cuidado e muita responsabilidade. Trata-se de dinheiro público. O que, de imediato, deve ser real e possível, ou seja, o Município tem que ter condições de arcar com aquilo que propõe. Por isso é importante uma avaliação sobre as propostas apresentadas. No caso da emenda que tinha como ideia a possibilidade do valor de bônus-moradia não ser inferior ao valor pago pela compra assistida do governo federal, é de extrema irresponsabilidade. Por quê? O governo federal possui muito mais dinheiro que o Município! Ora, é claro: dois e dois são quatro. Então aos vereadores que são base do governo – colegas vereadores da oposição, os senhores são base do governo federal –, o trabalho que eu sugiro aqui, e que peço que façam, é trazer maiores incentivos à população de Porto Alegre. Isso é que nós precisamos. Nós temos a possibilidade de contar com vereadores da base do governo federal. Então eu peço que todos os senhores e senhoras, em vez de usarem a sua energia para esse *card* que é mentiroso, que utilizem as suas energias para pedir ao governo federal incentivos para ajudar o Município que foi assolado por uma catástrofe climática. Bom, eu sugiro, e não quero ser irônica aqui, pelo contrário, quero ser respeitosa, que trabalhem junto com o governo federal para que, de forma rápida e eficiente, ajudem os nossos cidadãos. Não percam tempo disseminando mentiras, não é momento de campanha *fake news*. Aliás, é importante dizer que *fake news* é crime. Hoje é lei e é muita irresponsabilidade soltar mentiras nas redes sociais. Então, eu faço um apelo aqui, mais uma vez, para que nós, neste momento, não utilizemos esse trágico episódio da catástrofe climática que assola Porto Alegre com ideologias políticas, siglas partidárias, nem mentiras. Vamos, sim, juntos, com a união de forças, atender Porto Alegre. Eu penso que esse é o nosso papel aqui, como vereadores, como legisladores da capital. Obrigada.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Uma questão de ordem, Sra. Presidente, levantada aqui pelo Ver. Gilson, esse *card* é um *fake news*, porque está lá a foto do Cecchim, e o Cecchim não estava, quem votou foi o Vitorino. E eu queria que ele melhorasse a minha foto e botasse o meu @, porque, cada *card* que ele põe, ele me dá votos. Obrigado, Presidente.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Eu gostaria muito que o Ver. Jonas Reis pegasse uma foto minha melhor da próxima vez. Obrigada.

Vereador Jonas Reis (PT): Ver.^a Mari, é verdade, o Cecchim não estava na votação; era o Vitorino, é verdade. E aí eu até pergunto se os vereadores quiserem renovar as fotografias me mandem fotografias novas, que nós vamos continuar colocando as votações das emendas no ar, na nossa página.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sra. Presidente, colegas vereadores, a tragédia continua, e eu não vou, em hipótese nenhuma, permitir que o meu mandato saia do foco, que é a tragédia. A tragédia que vem nos ameaçar, de novo, nesse fim de semana, com chuvas de 60%, 70% de água, provavelmente nas mesmas regiões em que já houve no final de abril, início de maio. Eu não vou me afastar das pessoas que perderam as suas casas, não vou me afastar das pessoas que perderam as suas empresas, de pessoas que perderam a casa e a empresa, de pessoas que perderam vidas, apesar de poucas, é verdade, pelo tamanho da tragédia. E também não vou me afastar de exigir que o governo federal, que é quem detém 62% dos recursos de impostos e tributos arrecadados aqui na cidade de Porto Alegre, onde uma lancheria, um restaurante pagam em torno de R\$ 70 mil de impostos, R\$ 70 mil, onde uma floricultura paga em torno de R\$ 65 mil de impostos e não chega para ajudar essas pessoas a manterem os empregos, não chega para ajudar essas empresas a se reconstruírem novamente. Esta cidade é uma cidade de comércio e serviços. Esta cidade vive dessa economia de comércio e serviços. Esta cidade precisa ter urgente o seu comércio e os seus serviços funcionando, precisa pagar seus trabalhadores. Precisa pagar os seus trabalhadores. Teria que ter pago seus trabalhadores ontem ou na segunda-feira, e não tem recurso. Tem um empresário lá do Sarandi que comprou uma máquina que era o sonho da empresa dele, de U\$ 1 milhão, financiado em 20 anos. Ele não tem mais o seu estoque, não tem mais a sua máquina, não tem as suas máquinas antigas, tem 15 vendedores que trabalham em toda a Região Metropolitana, não tem as suas três caminhonetes de fazer entrega, não têm os seus funcionários na entrega, não tem a sua casa. Ele não tem acesso ao Pronampe, ele não tem acesso a recurso do fundo social, porque isso tudo tem que ser pago. Se dá dinheiro neste país para banqueiro, se dá dinheiro, aos borbotões, para países estrangeiros, a fundo perdido, e não se investe em pessoas que pagam R\$ 70, 65, 80, 110 mil de impostos, não têm um retorno neste momento decisivo das suas vidas! Nem um retorno! Dizer que vai dar duas parcelas de R\$ 1,5 mil para pagar o salário dos trabalhadores é um deboche, é um deboche, porque um trabalhador que ganha um salário de R\$ 5 mil contribui no mês com isso para o governo - num mês. O trabalhador que vai ganhar R\$ 1,5 mil, que ganha R\$ 5 mil, ele deixou para o governo, no mês de maio, mais de R\$ 1,5 mil entre previdência e imposto de renda. Estão brincando! Tudo hoje em dia está na caixinha, como diz um amigo meu, tudo hoje em dia está só nas redes sociais; de concreto não tem. Eu vou dar o nome de um empresário aqui que me autorizou a falar isso. O André é dono do Tuim, foi nos dois bancos autorizados para liberar o Pronampe e não conseguiu, não conseguiu. E aí, quando chega lá para conseguir, com seu pai de quase 80 anos para ser avalista – um homem de 50 anos ter que levar o pai de 80 anos num banco para salvar o seu negócio e ser avalista dói. Um homem que gera dez empregos diretos, fora os indiretos. Dói. Sabem o que o banco fez com ele? Meteu um consórcio no queixo dele, meteu um seguro no queixo dele e queria a folha de pagamento dele no banco para liberar o dinheiro que é dele! Porque ele vai pagar, não tem nada gratuito! Não tem almoço e muito menos janta gratuita, muito menos lanche, muito menos o bolinho de bacalhau gratuito! E isso está acontecendo com todos. Todos! Vão na Voluntários da Pátria, colegas, vão lá na

Voluntários da Pátria e perguntem para o homem que perdeu todas suas prateleiras de seu estoque, que está financiado em quatro, cinco meses, se ele tem como reabrir o seu negócio. O dinheiro está no virtual, o dinheiro está no pagamento. É que nem liberar meu Fundo de Garantia, eu vou pegar o meu dinheiro! É que nem liberar o seguro-desemprego, a pessoa está pegando o seu dinheiro. Nós queremos que o governo bote a mão no bolso e ajude as famílias e ajude as pessoas. Ajude! Até agora é tudo virtual, tomara que o Comassetto seja uma luz neste fim do túnel, que venha realmente, de fato, os prédios da União para as pessoas habitarem; que venha, de fato, as residências para as pessoas terem um pouco de dignidade. Agora, volto afirmar o que eu já tenho dito: essa enchente é pior do que a covid. A covid não levou a casa de ninguém; a covid não levou o sonho de uma empregada doméstica que trabalhou 60 anos, e agora ela senta na porta da sua casa limpa, porque ela limpou, e chora porque ela não tem mais saúde para comprar televisão; ela não tem mais saúde para comprar a geladeira, aquela que tem duas, uma em cima da outra, essas duplex; ela não tem mais saúde para readquirir isso; ela vai depender da família, dos vizinhos e de doação. Essa é a realidade do nosso Estado, essa é a dura realidade da nossa cidade. Então, a chuva deixou muitos estragos, piores do que a covid. E a chuva segue nos assombrando, segue nos assustando, porque vai chover esse fim de semana e vai chover bastante, e nós precisamos, de fato, de políticas públicas de quem detém o recurso, que é a União. Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): (16h02min)

Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0370/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 008/24, que inclui o art. 3º-D na Lei nº 4.235, de 21 de dezembro de 1976; o art. 6º-D na Lei nº 5.994, de 25 de novembro de 1987; o art. 12-B na Lei nº 6.099, de 3 de fevereiro de 1988; o art. 9º-B na Lei nº 9.329, de 22 de dezembro de 2003; e o art. 18-D na Lei Complementar nº 563, de 30 de janeiro de 2007, dispondo, em todos os casos, sobre a desvinculação do valor dos saldos financeiros existentes e contabilizados, na competência de abril de 2024, para atendimento às necessidades relacionadas ao Decreto nº 22.647, de 2 de maio de 2024, do Fundo Pró-Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre (Pró-Ambiente); do Fundo Municipal para Restauração, Reforma e Manutenção do Patrimônio Imobiliário do Município de Porto Alegre (Fun-Patrimônio); Fundo Pró-Cultura do Município de Porto Alegre (Funcultura); do Fundo Municipal de Iluminação Pública

(FUMIP); e do Fundo Municipal dos Direitos Difusos (FMDD). (SEI 118.00479/2024-33)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relatora-Geral Ver^a Cláudia Araújo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- retiradas as Emendas n^{os} 01 e 03 e a Subemenda n^o 01 à Emenda n^o 02;
- com Emenda n^o 02, dos Vers. Roberto Robaina (Líder da Bancada da Oposição), Adeli Sell, Giovani Culau e Coletivo, Claudio Janta e Pedro Ruas;
- com Emenda n^o 04 (destacada), dos Vers. Aldacir Oliboni e Roberto Robaina (Líder da Bancada da Oposição);
- com Emenda n^o 05, do Ver. Jonas Reis (Líder da Bancada do PT);
- com Emenda n^o 06 (destacada), dos Vers. Claudio Janta (Líder da Bancada do Solidariedade), Mauro Pinheiro, Idenir Cecchim e da Ver^a Mônica Leal;
- com Emenda n^o 07 (destacada), dos Vers. Tiago Albrecht (Líder da Bancada do NOVO), Cláudio Conceição, Jessé Sangalli, Ramiro Rosário e José Freitas;
- com Emenda n^o 08 (destacada), da Ver^a Biga Pereira (Líder da Bancada do PCdoB) e do Ver. Giovani Culau e Coletivo;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1^o, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 29-05-24.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Iniciamos pelo n^o 01 da lista, lembrando que a discussão já está encerrada. Nós passaremos então à votação inicialmente das emendas destacadas. [PLCE n^o 008/24](#). (Lê a ementa do projeto e a orientação de votação.) Iniciaremos, Sra. Presidente, pela Emenda n^o 04, destacada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Em votação a Emenda n^o 04, destacada, ao PLCE n^o 008/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passamos à Emenda n^o 05.

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda n^o 04 foi a aprovada. Destacada.

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Nós perguntamos.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, há uma obrigação básica de cada uma e de cada um de nós de estarmos atentos às votações. É óbvio, é o mínimo que se espera. E a votação foi clara, foi anunciada, foi dado o prazo legal. Não posso entender qual é o sentido da revisão. E não precisa ser nominal; só é nominal se alguém requerer. Se não há requerimento, não é nominal, o normal é não ser nominal; a regra é não ser nominal. Por requerimento aprovado pode ser. É assim, é eu perder um projeto — já perdi muitos na vida, muitos, inúmeros, dezenas — e não me conformar e ficar incomodando a Mesa nesse sentido. Isso não tem sentido.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Eu requero uma verificação nominal da votação. O plenário é soberano, então nós vamos votar se "sim" ou se "não". Sra. Presidente, solicito verificação de votação da Emenda nº 04, já que a votação foi simbólica.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Presidente Mari, por vezes, a gente percebe que o Regimento desta Casa, em nome de que o plenário é soberano, é esquecido. Aconteceu uma votação em tempo hábil, a senhora perguntou se estavam todos que queriam votar, foi votado, matéria vencida. Se o prefeito quiser vetar, que vete, mas a matéria está vencida, e peço que respeite o Regimento desta Casa.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, a Emenda nº 04, destacada, trata do Funcultura, uma emenda apresentada por este vereador e pelo Ver. Roberto Robaina. Por ser destacada, foi a primeira a ser votada, V. Exa. perguntou, e ninguém se manifestou. Foi votada, isso está no Regimento. Uma vez que foi votada, não há volta. Só tem um recurso para o governo: vetar a emenda quando ele for sancionar a lei. Isso é regimental, nós temos feito isso aqui. Qualquer outra ação concreta é golpe.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Sra. Presidente, minha esposa e meus filhos costumam dizer que eu não sou grande, mas tenho a memória de elefante. Tempos atrás, o Ver. Pedro Ruas não perdeu uma votação que foi: os que concordam permaneçam como estão e os contrários se manifestem. E nós fizemos o que cabe no Regimento, sim, quando a votação é por aclamação, pedir uma verificação de votação. O que nós estamos pedindo é só uma verificação de votação. Não é? Que abram o painel e verifiquem a votação. Isso está no Regimento, acho que os vereadores têm que ler o Regimento, a DL está aqui, pode nos ajudar. Isso está no Regimento, já foi feito várias vezes nesta Casa, tanto governo quanto vereadores já fizeram isso. Independente de base ou oposição, nós já usamos essa questão de pedir, várias vezes, não foi uma, nem

duas, nem três. Nós queremos simplesmente o direito de votar que nos é garantido pelo Regimento da Casa.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Ver.^a Cláudia Araújo.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Questão de Ordem): Presidente, art. 94, Inc. III, alínea d. Pelo Regimento da Casa nós podemos solicitar a verificação nominal da votação que foi feita neste momento e é isso que eu desejo. Obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Ver. Jonas Reis.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, eu peço aqui serenidade na aplicação do Regimento, *ipsis litteris*, como está no documento. Não tem que a líder do governo vir aqui inventar um Regimento. Eles têm que ficar atentos, eles têm assessores para isso, eles têm bancadas, eles têm o governo. Não é possível que os secretários não acompanhem as votações, que os assessores das secretarias não acompanhem as votações. Aí o Parlamento ser desrespeitado. Nós estamos aqui votando, nós votamos, nós temos seriedade, a gente dá presença para votar. Quem deu presença sabe o que está acontecendo, não está fazendo outra coisa. Aliás, a sessão é segunda e quarta, só duas tardes, o trabalhador comum trabalha manhã e tarde, de segunda a sexta. Aí em duas tardes não se consegue fazer uma votação decente, querem atropelar o Regimento.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Ver.^a Mônica Leal.

Vereadora Mônica Leal (PP) (Requerimento): Presidente, Ver.^a Mariana Pimentel, é simples. Solicito a verificação de votação, diretor legislativo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Consultamos a orientação do diretor legislativo que irá nos orientar em como a Câmara irá proceder.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Eu vou ler o texto do parágrafo único do art. 175 do Regimento da Câmara [Lê.]: “[A requerimento de Vereador, ou de ofício pelo Presidente, as votações simbólicas poderão ser verificadas nominalmente.]”

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Diretor, solicito...

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, se é um requerimento, eu vou encaminhar o requerimento.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Esse requerimento não é suscetível de votação, não é votado.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Não, não, não. Requerimento pode ser encaminhado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ele não é votado, não é votado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Ver. Aldacir Oliboni, está indeferido o seu requerimento.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vereador, deixa eu só complementar a informação. O art. 94, § 1º, al. d, do Regimento: "Será despachado, de plano, pelo Presidente, o requerimento que solicitar: (...) d) verificação de votação simbólica, por meio de apuração nominal;" Veja, então, que é despachado de plano. Esse requerimento não é votado; logo, não cabe encaminhamento.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Em verificação de votação, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda n° 04, destacada, ao PLCE n° 008/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, eu queria apenas informar quem está acompanhando a votação, e os colegas vereadores, que essa emenda acaba de retirar o recurso do Funcultura, uma categoria que foi tremendamente prejudicada nesse momento em função das enchentes. Esse recurso nós aprovamos lá na Peça orçamentária do ano passado para este ano, de R\$ 6,4 milhões, que era para a reforma dos auditórios, dos anfiteatros de Porto Alegre, dentre eles está o Renascença, que ficou embaixo d'água. Lamentavelmente, o governo toma uma posição irresponsável! Essa é a verdade.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Está feito o registro, Ver. Oliboni. Ver.^a Comandante Nádia. Lembrando que nós, no aparte, na questão de ordem, é importante dizer o código, o artigo

Vereadora Comandante Nádia (PL): Ele não disse, né?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Eu sei, é só para a gente manter...

Vereadora Comandante Nádia (PL): Só para também contrapor o que o Ver. Oliboni diz aqui, porque parece que os vereadores que votaram "não" são irresponsáveis. Bem antes pelo contrário, nós sabemos a importância da cultura, a importância do setor de eventos, do entretenimento, mas nesse momento nós precisamos reconstruir Porto Alegre, e, sim, nós queremos a cultura cada vez mais forte, mas nesse momento nós precisamos dos fundos para reconstruir casas, para reconstruir vidas, e vamos trabalhar, sim, em algo para melhorar a questão da cultura, do setor dos eventos e entretenimento. Obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 008/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 31 votos **SIM**.

Em votação a Emenda nº 07, destacada, o PLCE nº 008/24. O Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Estimada Câmara, equipes, assistências, pagadores de impostos que nos assistem pela TVCâmara, nós protocolamos essa emenda porque achamos que o momento exige a solidariedade de todos os segmentos do poder público municipal. Acabamos de desvincular o Funcultura, deixamos o do Mercado, porque não adianta tirar para colocar de novo depois, isso é apenas uma aceleração do dinheiro. E nós, do Novo, achamos que esse fundo da procuradoria, dos procuradores, enfim, também precisa ser destacado para a recuperação da cidade de Porto Alegre. São cerca de R\$ 20 milhões que irão para ponta, Ver. Pedro Ruas, que me dá a sua atenção, o privilégio da sua atenção nesse momento, para contratar retroescavadeira, caminhão para remover entulho, para as bolsas que foram aprovadas aqui neste Parlamento, também para a redução e a isenção de impostos que este Parlamento aprovou. Colocar esse fundo, esses R\$ 20 milhões à disposição da população de Porto Alegre inclusive denota que somos responsáveis, afinal de contas, criamos uma renúncia numa ponta, mas estamos achando o dinheiro na outra. Repito, não é justo – com exceção do Mercado, que já foi devidamente trabalhado – que avancemos sobre alguns fundos e não avancemos sobre o fundo da PGM, que é dinheiro, repito, R\$ 20 milhões para a reconstrução da cidade de Porto Alegre. Portanto peço que os senhores e as senhoras votem “sim” a essa emenda, para mais R\$ 20 milhões chegarem na ponta para quem precisa, para quem realmente está necessitando, para reconstruirmos a nossa Porto Alegre. É o momento de todos, absolutamente todos nos unirmos em prol de quem precisa. Obrigado Sra. Presidente Mari Pimentel.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 008/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e que acabou de presenciar mais um golpe do governo numa emenda que tinha sido aprovada pelos vereadores que deram presença nesta Casa. Fizeram um *rendez-vous* e quiseram renovar a votação. É assim que eles tratam o Regimento, isso é triste. As pessoas aqui, todos são vereadores; o piorzinho aqui é vereador, o piorzinho aqui é vereador! Todos são vereadores eleitos pelo povo para seguir o Regimento. Aí eles fazem esse tipo de coisa, parece brincadeira com a população. As emendas estão protocoladas há um tempão, tem mil CCs na Prefeitura que não acompanham os debates, os projetos, e agora estão arrasando os fundos. Arrasando os fundos! O que é isso? Mas onde nós estamos? A população sofrida, quando eles deram R\$ 70 milhões de isenção de IPTU só para a Fraport. E agora nós temos que fazer aqui uma equação nas emendas, nos fundos, para salvar. Aí, é fácil atacar servidores públicos. Eu não vi aqui nenhuma emenda para reduzir pela metade os salários dos cargos em comissão, não vi; cortar na veia, de fora a fora, do governo; não, a veia está salva, está firme. Palmas para o governo! Aí, tem emendas arrasando os fundos municipais, e as pessoas protocolam sem nem discutir, sem nem saber a funcionalidade dos fundos. O que é isso, gente? É um patrimônio da cidade com a Cultura. E é uma mixaria, uma mixaria. Mas aí R\$ 150 milhões o governo achou para botar um asfalto de péssima qualidade, Ver. Cassiá. Aquele secretário lá do asfalto botou um asfalto podre nesta cidade, e ele pulava no asfalto dizendo que era bom. Lá, tinha R\$ 150 milhões; tem que mandar devolver, essa empresa que foi contratada tem que devolver o dinheiro. O asfalto se esburaca, esfarela com a chuva. Esse é o asfalto, e colocaram R\$ 150 milhões neste Município. Na Av. Cel. Lucas de Oliveira, o asfalto já era novo. É isto o que a gente quer: a fiscalização. Aí, a “cecezada” toda... Até agora, eu não vi um projeto aqui na Casa. Eu estou esperando que o Melo, que diz que abraça a cidade, proponha aqui a redução pela metade dos cargos em comissão e dos salários dos que ficarem para garantir à Prefeitura os funcionários que estão lá na ponta, que são os técnicos em enfermagem, os enfermeiros e os procuradores também. Esses nós temos que manter, porque são a força-tarefa para defender a Prefeitura. Não dá, eu fico realmente escandalizado. Não fico tranquilo com um projeto desses. O prefeito tem que mostrar para que vem, é hora da verdade de ele dizer se está a favor dos seus partidos, dos seus CCs ou se está a favor da cidade, se vai manter os fundos intactos para a população, para o objetivo de criação dos fundos. Emergência é uma coisa, bandalheira é outra. Emergência a gente está junto, governo federal, estadual e municipal; agora, arrasa quarteirão nos fundos, não, a isso o PT não vai se somar jamais, jamais. O Mercado está lá, precisa desse recurso. Vocês acham que está tudo tranquilo, gente? Vocês acham que está tudo tranquilo? Inclusive com a Procuradoria, está tudo tranquilo? Nós precisamos, neste momento, é de seriedade. Eu não acredito no que eu estou vendo! Parece uma brincadeira com o Erário, que a gente faz e joga, e faz o que quiser aqui, porque tem maioria de votos. Manda esses projetos esdrúxulos! Isso não vai resolver o problema, até por que o grande problema que deveria estar sendo resolvido agora, é hidrojateamento. As bocas de lobo estão todas entupidas de lama, lodo, lixo. A chuva de domingo vai alagar. Eu não sou Nostradamus! Qualquer pessoa minimamente instruída sabe que vai

alagar Menino Deus, Praia de Belas, Cidade Baixa, Sarandi, 4º Distrito porque não teve desobstrução. Eu não vi nenhum projeto emergencial sobre isso, nenhuma autorização sobre isso, um debate sobre isso. É só debate sobre futuro. Quando a gente propôs aqui R\$ 200 mil para auxiliar nas casas, para o bônus-moradia, eu pergunto a cada um de vereadores de vocês: aonde vocês acham uma casa a R\$ 127 mil com escritura, em Porto Alegre? Não tem, não existe. Vocês estão mandando embora os porto-alegrenses. Os porto-alegrenses todos que receberem o bônus-moradia de R\$ 127 mil vão embora daqui, porque não têm residência por R\$ 127 mil, ou no lugar onde eles moram. Não tem, pode procurar, não tem no Sarandi, não tem no 4º Distrito. E aí aquele momento foram contra, e agora estavam reclamando do CAD de R\$ 200 mil. Vocês votaram contra porque foram orientados pelo Melo, o Melo queria só R\$ 127 mil, e nós queríamos R\$ 200 mil, como o Lula está mandando. Então, por favor gente, pelo amor de Deus, larguem esse governo! Defendam os mandatos de vocês, o povo que votou em vocês, o povo votou em duas pessoas na eleição de 2020, votou para vereador primeiro e depois para prefeito. Parece que votou tudo numa chapa só. Não é assim. Vocês estão sendo cobrados, abandonem isso aí, esse barco do Melo está apodrecido, já afundou, gente, já se foi. Como diz no linguajar, "se foi a gata com a cinta", no linguajar popular; já era, acabou, deu. Então, por favor gente, façam o favor de respeitar os fundos. Não é possível. Não é possível; é inadmissível.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 008/24.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, Senhoras e Senhores. Agradeço aos meus colegas de bancada, nossa líder, Ver.^a Karen Santos, Ver. Pedro Ruas e Ver. Roberto Robaina pela possibilidade de fazer o encaminhamento de votação dessa emenda que estamos discutindo em nome do nosso partido, o PSOL. A emenda proposta pelo Partido Novo inclui, dentro do bolo de desvinculações de fundos, todos os fundos existentes. Não apenas o fundo da procuradoria, mas raspa o caixa de todo e qualquer fundo do município de Porto Alegre remanescente e que não está previsto dentro do projeto de lei que está sendo discutido. O nosso partido é contrário a essa movimentação da Prefeitura de Porto Alegre. Os fundos municipais são recursos instituídos por lei federal. Obviamente há necessidade de lei do Município para a criação dos fundos que serão executados dentro de áreas específicas; Funcultura, para atender aos interesses da cultura do município de Porto Alegre; Funproamb - Fundo Pró Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, justamente às demandas necessárias à preservação do nosso patrimônio natural. E, portanto, o nosso partido é contrário a esse projeto de lei, e, portanto, contrário também à emenda do Partido Novo que piora e muito o projeto de origem do prefeito Sebastião Melo.

Senhoras e senhores que estão nos acompanhando em casa, é importante lembrar que os fundos municipais têm controle social. Os conselhos municipais, muitas vezes, são estruturas que apresentam representação da sociedade civil, de entidades que trabalham naquela área específica, e que, portanto, são consultados justamente para o direcionamento dos recursos. Fazendo essa desvinculação, o prefeito ganha uma cartabranca, um cheque em branco, para utilizar como bem quiser estes recursos, não necessariamente na área específica onde eles deveriam atender. A classe artística de Porto Alegre está na penúria, porque, como muito bem foi lembrado na nossa reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, que aconteceu ontem à tarde, por ambiente virtual, o setor da cultura, geralmente, em uma situação de calamidade, é o primeiro a fechar, trazendo prejuízos aos trabalhadores dessa área, e o último a abrir. Portanto, para que esses trabalhadores e trabalhadoras tenham a recuperação dos seus ganhos, a manutenção dos seus trabalhos, nós temos um Funcultura para atender, talvez não na totalidade das necessidades dessa parcela da população, mas, em algum momento, ajudá-los. E nós temos também um grande problema: o fundo do Ministério Público, aliás, da Procuradoria do município de Porto Alegre vai ser muito importante para os períodos que virão. A Prefeitura vai encarar uma série de ações judiciais de reparação de danos econômicos por parte da população, porque foi negligente, irresponsável e incompetente. Deveria ter feito manutenção das casas de bombas, deveria ter feito manutenção dos portões dos diques e do muro da Mauá e não fez. Mesmo tendo como aviso da natureza dois eventos de enchente no ano passado, teve a oportunidade de atuar e não atuou, o que acarretou prejuízos bilionários para o Município. O que deveriam ser alguns milhões para reparação, conserto e modernização do nosso sistema antienchente e que não foi feito pelo prefeito Sebastião Melo e pelo diretor do DMAE, Maurício, se refletiu na nossa cidade como uma catástrofe. Não catástrofe puramente ambiental, não botem na conta da natureza, porque ela está dando o recado já há muito tempo. Uma catástrofe em termos de governo medíocre, omissos e incompetentes. E a Procuradoria precisa ser modernizada, porque teremos uma avalanche de processos judiciais de reparação de danos e precisamos das pessoas para defenderem a cidade de Porto Alegre. Esses são os nossos procuradores. Grande abraço e deixo aqui a nossa manifestação. Boa tarde.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 008/24.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mauro Pinheiro, nosso Presidente; colegas vereadoras e vereadores, claro que uma emenda desse calibre só pode vir do Novo. Eles não querem estado, eles não querem uma máquina pública azeitada, trabalhando para cobrar os impostos, devida e legalmente. Não querem a fiscalização e a cobrança dos que não pagam tributos. A PGM faz isso.

Nós temos uma Procuradoria que criou, Ver. Gimenes, uma Câmara Administrativa de Mediação. Na outra enchente, de 2013, no Sarandi, o mesmo dique, a Prefeitura sofreu 900 processos. Felizmente, havia sido criado, um pouco tempo depois,

em dezembro de 2016, pela nossa douta Procuradoria, a Câmara de Mediação: 720 processos foram negociados e devidamente salvos. A Procuradoria tem um encaminhamento já, um processo para que ela tenha muita agilidade, porque, infelizmente, neste país da judicialização, há um processo atrás do outro caindo na mesa dos procuradores. Hoje não cai na mesa, cai no computador, o sujeito está lá na casa dele e vai mais um processo, ele trabalha no final de semana, no sábado, no domingo de noite, porque os processos agora se acumulam na Procuradoria. Então nós não vamos concordar em incluir esse fundo, que é um fundo de modernização, de qualificação no caixa único. Sabe o que vai acontecer? O que aconteceu alguns anos atrás no governo do Markezan – antes também já tinha havido isso –, contratar consultoria na Fazenda, cujo sistema depois, não funcionou. Como também, no final do ano passado, criaram, compraram um sistema, sei lá o que, na Fazenda, e eles não conseguiram pagar a Lei Paulo Gustavo. Todo mundo ficou brigando com o secretário da Cultura, o problema não era com ele, era com o sistema da Fazenda que não estava rodando o devido pagamento. Então nós estamos aqui, Ver. Jonas, nosso líder, o Oliboni, Gimenis, para esclarecer, porque, na verdade, nós, que somos contra o Estado mínimo, porque o Estado mínimo só favorece uma minoria da minoria, aquela ricaça, que já tem tudo nas suas mãos, porque nós queremos um estado, não aquele que nós, da esquerda queremos, mas no mínimo um estado keynesiano, no mínimo, aquele estado mínimo de bem estar social que funciona, que a máquina não esteja emperrada, esse que nós estamos, na verdade, debatendo. Não é nada revolucionário o que nós estamos propondo, nada, absolutamente nada, mas nem isso a nossa Câmara Municipal quer aprovar, nem isso. A nossa Câmara está puxando o serviço público para trás, é conservadora essa posição, ela não ajuda a máquina pública a fluir e funcionar adequadamente. Por isso que a bancada do Partido dos Trabalhadores se soma à bancada do PSOL, agora na palavra do Professor Alex, para que a gente derrote esta emenda. E nós vamos explicar depois para todos os procuradores que esta emenda não foi derrotada, se for o caso, porque o governo depois desse mexe-mexe do final de semana, nem sobre a distribuição das cestas básicas tem reclamação aqui. Na semana passada, era um fuzuê, nem sobre isso. Quer dizer, há uma costura; eu espero que, com a nossa força, a gente rasgue essa costura, com a força que vem do serviço público, dos servidores de carreira, dos movimentos sociais, do povo. É por isso que nós estamos aqui para dizer não à emenda do Novo; a emenda do Novo é velha demais. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 008/24.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente Mauro, colegas vereadores; viemos aqui para falar sobre a Emenda nº 07. Não é fácil para nenhum de nós fazermos com que os fundos tão importantes, o fundo da cultura - o fundo do Mercado Público, que a gente conseguiu excepcionalizar –, mais o fundo dos procuradores e tantos outros fundos sejam colocados em apenas um fundo. Não é fácil. Neste momento, eu vejo

que todos precisamos ajudar Porto Alegre, e o sacrifício de cada um, por certo, vai fazer a recuperação da nossa cidade. Não adianta um puxar para um lado, outro puxar para outro, estamos vendo a cidade devastada. Estamos vendo efetivamente vários setores que vão demorar a se reerguer. E este projeto do Executivo prevê exatamente isto: fazermos uma grande força-tarefa para desvincular o valor dos fundos, de saldos, saldos financeiros - bom deixar claro - existentes e contabilizados para ajudar na reconstrução da nossa cidade. Falando nisso, eu gostaria de lembrar os caros vereadores, colegas, que reconstrução, que fazer obra, saneamento básico, reconstrução de casas, reconstrução de vidas custa dinheiro. E é o dinheiro que nós estamos buscando em fundos, buscando em otimização, deixando de fazer uma coisa para, neste momento, focar na reconstrução de Porto Alegre. O governo municipal solicitou ao governo federal R\$ 6,8 bilhões para reconstruir. E sabemos que os empresários estão reunidos, fazendo uma força-tarefa para também poderem se reerguer, porque é através dos tributos dos empresários, é através dos empregos que esses empresários disponibilizam que as pessoas têm renda para comer. Chega de pensarmos que tudo cai do céu. O governo municipal não tem dinheiro dele, o dinheiro é nosso; dinheiro é dos empresários; o dinheiro é dos pagadores de impostos, e ele é finito. Mais finitos ainda neste momento de crise, em que empresários, mais de 45 mil empresas foram afetadas, e mais de 65 mil pessoas estão sem as suas casas. É hora da união. É hora de cada segmento deixar de olhar o seu umbigo e prestar atenção no todo. E aqui eu faço uma fala especial ao vereador que me sucedeu anteriormente, do PSOL, que é meio dicotômico na sua fala, porque agora ele quer o setor de eventos trabalhando, mas na tragédia da pandemia queria que ficassem em casa. Durante a covid o "fica em casa" era a bandeira da esquerda. Agora, eles querem que todo mundo vá para a rua. Mas com que dinheiro, vereador? Da onde que nós vamos reconstruir? E o setor de eventos me conhece, o setor de entretenimento, a cultura, e sabem que eu falo menos e faço mais. Nós precisamos dar, sim, um jeito para otimizar, para fortalecer o setor de eventos, entretenimento e cultura, mas, para isso, nós precisamos também cortar da própria carne. E é nesse momento que nós vamos ter que desvincular fundos, e excepcionalizamos o Mercado porque – explico – o fundo do Mercado Público, Ver. Janta, são R\$ 6 milhões, e por óbvio que a reconstrução do Mercado Público sairá muito mais. Então não havia motivação para retirarmos, para colocar aquilo que já é do Mercado Público e ainda mais dinheiro em cima. E esse é o momento em que os munícipes vão ver quem é quem, quem realmente quer recuperar Porto Alegre e quem quer ficar fazendo politicagem, ficar jogando com as palavras. Então quero aqui parabenizar o Novo, o Ver. Tiago Albrecht, o Ver. Ramiro, o Ver. Conceição, o Ver. Jessé e todos aqueles que fizeram esta emenda, que terá o meu "sim". Porque é difícil cortar na carne, mas neste momento nós temos que pensar numa Porto Alegre mais forte, restabelecida, com empresários trabalhando o setor de eventos, entretenimento e cultura forte e cada vez mais ávido por trabalhar. E é isso só isso que a gente pede. Não como vocês fizeram na pandemia, o "fica em casa" quebrou todo mundo. Agora nós queremos as pessoas trabalhando e com renda. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 008/24.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, senhores vereadores e senhoras vereadoras, eu confesso que eu não gosto muito de alguns discursos de colegas desta tribuna, eu entendo a disputa política, eu entendo que tem eleição ali na frente e a melhor decisão que eu poderia tomar eu tomei, a decisão de não concorrer. Agora, nos bastidores, a gente conversa, e os companheiros da oposição concordam comigo que essa tragédia aconteceria com qualquer pessoa que estivesse na Prefeitura. Se o Barack Obama fosse o prefeito ia ter a enchente. Qualquer pessoa! Então, eu acho triste as pessoas virem aqui – mas cada um é livre para dizer o que quer desta tribuna, tem imunidade, não é Pedrinho? – para acusar, para apontar o dedo. Por exemplo, por que não saíram as obras do entorno da Arena? Tem vários vereadores aqui, o Ver. Adeli sabe, o Ver. Jesus Cristo sabe, o Fortunati era o prefeito, fez um acordo com a OAS, a Prefeitura ia fazer as obras e cobrar da OAS. Quando estava em R\$ 5 milhões, fazendo, a ex-vereadora Sofia Cavedon foi ao Ministério Público, mandaram parar a obra e bloquearam os bens do Fortunati. É por isso que não tem as obras lá. E eu fui resgatar a matéria na imprensa, está aqui. (Mostra a publicação.) Mas a vereadora fez o trabalho que ela achava que tinha que fazer, achava que tinha que fazer. Agora, vir fazer discurso fácil aqui e não querer dar um pouco de contribuição para reconstruir esta cidade, que está arrasada. Por exemplo, eu votei a favor de manter o Fundo da Cultura, votei a favor. Agora, Ver. Oliboni, eu tenho uma proposta pela qual nós podemos salvar essa questão da cultura: vocês são em 10 na oposição, mais eu. Se nós abrirmos mão das emendas impositivas e passarmos para a cultura, dá R\$ 20 milhões, aí vocês não precisam vir fazer discurso fácil aqui. Eu abro mão dessas minhas emendas, eu abro. Não, não! Está o Schirmer aí, nós falamos com o Schirmer. Se vocês abrirem mão — são em 10 —, eu abro mão, dá R\$ 20 milhões isso aí, e, com esses R\$ 20 milhões, nós vamos atender a cultura ou outras áreas. Sinceramente, eu entendo que é período eleitoral, eu entendo tudo. Agora, são essas coisas que estão me levando embora da Câmara, é o discurso fácil, é dizer coisas que não contribuem. Eu nunca fiz um discurso fácil aqui, por exemplo, contra outros prefeitos, e vou dizer mais: fui o vereador aqui que mais votou com o PT, não é verdade, Adeli? Fui quem mais ajudou, porque eram projetos bons. Até com o Marchezan eu votei projeto.

(Aparte antirregimental do Ver. Aldacir Oliboni.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Não, mas veio um que outro, mais ou menos. Então é isso. Essa minha proposta está de pé aqui. Se vocês quiserem abrir mão das emendas e jogar na cultura, eu abro mão das minhas. Isso tudo, nosso conjunto dá R\$ 20 milhões. Não é, Ver. Pablo? Então, o que não dá é vir apontar dedos na cara, porque essa tragédia que nós estamos vivendo... Eu que não queria ser prefeito num momento desses. Aliás, eu nunca quis ser presidente da Câmara. Estou completando

sete mandatos, 28 anos. Estive para ser presidente três vezes e abri mão. Não quis. Então, cada um tem que dar a sua contribuição. Há fundos que eu sou favorável, há fundos que eu não sou favorável. Agora, o orçamento de R\$ 11 bilhões, R\$ 11 bilhões, da Prefeitura as águas levaram. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 008/24.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro, vereadores, público que nos acompanha aqui na TVCâmara e nas galerias; gostaria de reforçar a importância dessa emenda, vereadores, que na verdade eu acredito que é única emenda aqui que nós sabemos os valores, Ver. Claudio Janta. Nós estamos votando um cheque em branco no escuro de um valor que a gente não sabe para o prefeito. Mas como um ato de solidariedade desta Câmara de Vereadores, os vereadores aqui, reforçando o compromisso com a reconstrução da cidade. Mas carece de informação, Ver. Alex, como você mesmo comentou. A dificuldade de desvincular os fundos, uma vez que não se tem um compromisso para onde irá esse dinheiro. E qual será a participação e a transparência da população diante desses recursos. Nós votamos emendas aqui, e eu votei com a maior dor, desvincular o fundo da cultura. E sei que a Ver.^a Mônica Leal, que foi secretária de cultura, também votou. Lembrando que a solidariedade perante todos os porto-alegrenses está acima de apenas uma categoria, mas reforçando o compromisso com essa categoria. Mas, Ver.^a Mônica Leal, nós votamos uma emenda que a gente não sabe o valor. Qual é o valor do fundo da cultura? Não sabemos. Qual é o valor do fundo da PGM? Isso eu posso falar para vocês, R\$ 20 milhões. Será o fundo do meio ambiente e o fundo da cultura maior que o da PGM? Quais são as informações públicas que nós temos perante as finanças municipais? Esse é o desafio das votações que hoje trazemos à Câmara de Vereadores. Esse é o desafio da própria credibilidade do prefeito perante esta Câmara de Vereadores. Temos aqui no plenário vereadores, secretários que têm essas informações, mas essas informações nunca foram passadas para vocês nem para mim nem para a base nem para a oposição, e voltamos a dar um cheque em branco para o prefeito, imaginando que ele fará uma boa destinação num valor que a gente não sabe qual é. É preocupante. E eu falo que nesse momento a gente começa a pensar: será que é importante a gente dar agora esse cheque em branco, será que é importante a gente fiscalizar? Mas uma coisa eu tenho certeza, se nós vamos desvincular os fundos, que a gente desvincule todos os fundos. Não deve a cultura estar abaixo da PGM. Deve a cultura, o meio ambiente, a PGM e qualquer outro fundo desta capital estar igualmente e proporcionalmente disposto a reconstruir esta cidade. Nenhuma categoria deve estar acima da outra. E isso eu posso ter certeza, porque irá passar essa desvinculação, e esta Câmara será solidária à reconstrução da cidade. Nós iremos fiscalizar, porque a fiscalização não é o que o prefeito fez, colocando uma página inteira de quanto precisa para reconstrução da cidade. Ele tem que vir aqui, assim como seus

secretários, e, ao invés de estarem sentados para lá, que venham ocupar aqui, em comparecimento, e nos mostrem as finanças do Município, porque quem será cobrado lá na ponta não serão os secretários, será cada um dos 36 vereadores. Quando aquela pessoa que depende da cultura fala: “Vereador, você desvinculou o fundo da cultura”, eu, Ver.^a Mari, quero saber quantas casas foram construídas, quantas escolas foram reconstruídas, daí, sim, eu vou ter orgulho do meu voto. Hoje eu digo que eu voto dando um cheque em branco ao prefeito, mas com a certeza de que estarei, com toda voracidade, fiscalizando o trabalho da sua gestão. Obrigada, vereadores.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, a Emenda n° 07, destacada, ao PLCE n° 008/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 16 votos **SIM**; 13 votos **NÃO**.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Só um registro, vivi para ver a esquerda defendendo os barões do funcionalismo público. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação a Emenda n° 08, destacada, ao PLCE n° 008/24. (Pausa.) O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente Mauro, Ver.^a Biga Pereira, eu e tu apresentamos a Emenda n° 08, que fiz questão de encaminhar. Faço esse encaminhamento após o meu nome ter sido citado inúmeras vezes, anteriormente a essa fala que faço agora. Por exemplo, nas manifestações que se direcionavam a mim, a Ver.^a Comandante Nádia chegou a questionar o meu trabalho parlamentar. E veja bem, não me surpreendo, tenho uma atuação aqui voltada à defesa da população LGBTQIA+, por exemplo; ela não me surpreende ao invisibilizar essa atuação. Eu tenho uma atuação dedicada aqui, Ver. Gimenis, também ao tema da defesa do meio ambiente. O meu trabalho parlamentar, o trabalho coletivo do nosso mandato, por exemplo, protocolou um conjunto de emendas que visavam a recompor o orçamento da gestão ambiental da nossa cidade reduzido pelo governo Melo. A Ver.^a Comandante Nádia, por exemplo, votou contra as emendas que nós apresentamos no nosso trabalho dedicado. Eu não tenho certeza mas ela como adepta ao bolsonarismo, talvez - talvez - também seja adepta ao negacionismo climático; talvez por isso tenha votado contra as emendas e ao dedicado trabalho que fizemos lá atrás. Mas essa emenda que apresentamos agora, Ver.^a Biga, dialoga muito com esse momento. Se são necessários recursos para reconstruir Porto Alegre, a reconstrução de Porto Alegre também precisa levar em consideração os desafios socioambientais da nossa cidade, e por isso é equivocado sequestrar os recursos do Fundo Pró-Defesa do Meio Ambiente. O prefeito Melo, eu disse isso na última sessão que nós tivemos, em mais de uma oportunidade disse que foi pego de surpresa. Mas eu reafirmo aqui: o orçamento que ele enviou a esta Câmara Municipal reduziu os investimentos em monitoramento e diagnóstico ambiental. O orçamento, Ver.

Alex, aprovado por esta Câmara, prevê apenas 4% dos recursos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente para prevenção. Descobrimos isso fruto do nosso esforço e trabalho dedicado no tema ambiental da nossa cidade. E é por essa razão que nós precisamos dos recursos do Fundo Pró-Defesa do Meio Ambiente, para cuidar do meio ambiente e para que nós, ali na frente, não venhamos a dizer, mais uma vez, que fomos pegos de surpresa, para que nós possamos dedicar mais recursos, vereadores e vereadoras, na prevenção e preservação ambiental. Volto a dizer: não adianta responsabilizar a população pelo descarte inadequado de lixo e retirar recursos da educação ambiental, como fez o prefeito Melo. Nós precisamos de mais e não menos recursos para o meio ambiente. Por isso pedimos o apoio de cada um e de cada uma à Emenda nº 08.

Para concluir, preciso dialogar rapidamente com o Ver. Ramiro Rosário, que me citou nominalmente. A ação de solidariedade, Ver. Ramiro, que tu colocaste na tela, me orgulha muito. Ela doou água, comida, roupa, sapato para mais de 200 pessoas; 200 pessoas que batiam às nossas portas, muitas vezes encaminhados pelo CRAS, porque o CRAS não fazia o seu papel, e eles nos procuravam. Então, para mim, falar ao microfone, dialogar com as pessoas, seguir sempre acompanhado das minhas bandeiras, não é problema algum. Eu me orgulho muito das nossas ações. Agora, não venha aqui o senhor – que, enquanto eu estudava na escola pública, estudava no Pastor Dohms; enquanto eu estudava na escola pública, tu estudavas na PUC – encher a boca e dizer que tu és o representante do povo e me acusar de não ser. Eu sou filho do povo desta cidade, como tantos outros que estão aqui, e o senhor fez um esforço de falar sobre o tema da ocupação do MTST, e demonstrou, pelo menos aqui da tribuna, que tem preocupação com a habitabilidade. Eu também tenho. Então te convido a lutarmos juntos pela habitabilidade do prédio para que as pessoas pobres possam morar no Centro. Mas o senhor deixou nítido, nítido que a preocupação que tens é de agenda, porque a sua agenda é de entregar prédio público para a Melnick, e não aceita que povo pobre possa morar lá. Muito obrigado.

Vereadora Comandante Nádia (PL): Presidente, primeiro, eu gostaria de relembrar às assessorias, em especial à assessoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo que cada assessoria que grava tem o direito e o dever de gravar o seu vereador, e não outros vereadores, como foi definido pela Mesa Diretora. E a assessora do Ver. Giovani teima em ficar gravando outros vereadores. Então eu gostaria que o senhor lembrasse isso para o Ver. Giovani Culau e Coletivo, que me parece que esqueceu sobre isso. Além disso, eu gostaria que o vereador buscasse nos registros taquigráficos que ele fala uma mentira, que eu disse o nome dele, eu não disse o nome dele. Então seria até bonito – ele que gosta de dialogar – corrigir a sua fala, porque eu não falei nele, eu falei em um vereador do PCdoB; se o chapéu serviu, bueno, aí cada um faz o que quiser. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Feito o registro, vereadora.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente Mauro Pinheiro, só fazer um registro. Essa suposta regra que a Ver.^a Comandante Nádia traz aqui não existe, os assessores de plenário estão aqui para cuidar todo o plenário e fazer os registros que convierem, porque é o trabalho deles, eles são nomeados pelos gabinetes para fazer a ação dos vereadores, e não para obedecer a qualquer vereador. Então a gente tem que ter civilidade aqui entre todos nós, assim como tranquilidade, também não se avançar em assessores, como já aconteceu aqui no passado, quando se avançaram em assessores.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o seu registro, Ver. Jonas.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB) (Questão de Ordem): Presidente, uma questão de ordem, com base no art. 193. Eu gostaria de solicitar, diante do pedido da Ver.^a Comandante Nádia, que ela pudesse rever os vídeos, porque eu disse que fui citado inúmeras vezes. Quando me reportei a ela, eu me reporte ao momento em que ela, sim, insinuou sobre o meu trabalho, o que não me surpreende, porque já vi a Ver.^a Comandante Nádia, daquela tribuna, chamar de medíocre o trabalho da bancada negra eleita nessa cidade, que ocupou essa Câmara. Os ex-vereadores dessa bancada, hoje são deputados. Talvez falte humildade à vereadora, então eu peço que ela tenha um pouco mais de humildade, reveja os vídeos, e ela verá que não cometi equívoco algum, inclusive me lembro de um ex-amigo dela, o Ver. Alexandre Bobadra, que tentou me deslegitimar, como ela também buscou fazer, me chamando de suplente. Hoje eu não enxergo mais ele aqui no plenário. Humildade faz bem.

PRFESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro, Ver. Giovani Culau. Depois que a Ver.^a Nádia falar, nós vamos encerrar, porque o microfone de apartes não é para debate político, é para questões de ordem. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

Vereadora Comandante Nádia (PL): A minha questão de ordem é exatamente sobre assessoria de vereadores. O Ver. Jonas está menosprezando uma ordem legal de um regulamento da Mesa Diretora, e eu gostaria que o senhor se manifestasse a respeito disso, porque os meus assessores e de vários outros vereadores daqui, cumprem o regulamento. Agora ter assessor que não cumpre, não está dentro do preconizado no que disse a Mesa Diretora; ou a Mesa Diretora retira o que foi determinado, aí é vale tudo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

Vereador Jonas Reis (PT): Só para complementar, reitero, os vereadores têm que se ater ao seu trabalho e os assessores às ordens dos vereadores. É assim que funciona.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PT): Vereadores, nós temos o Regimento, e no Regimento diz que cada bancada tem direito a um assessor por bancada. Muitas vezes tem mais do que isso, e nós fizemos vista grossa para que os vereadores possam ter assessoria. Agora, se os assessores ficarem criando problema junto com os vereadores, nós vamos ser rígidos na regra, que é um assessor por bancada. Então, vou pedir aos vereadores que tragam seus assessores para assessorar o vereador, e que não entrem em conflito com os demais vereadores. Os vereadores que têm que discutir com vereador, o assessor está aqui para assessorar o vereador. Essas cadeiras, as 36, são cadeiras para os vereadores. A assessoria tem que ficar lá atrás, sentada nas cadeiras de trás, muitas vezes eu vejo dificuldade de os vereadores poderem caminhar entre as cadeiras, dentre as mesas, pois tem muito assessor. Então cada um cumpra com a sua função, para que nós, na presidência, não precisemos tomar medidas que depois os vereadores não vão gostar. Então vamos procurar, os assessores, assessorar cada um o seu vereador e não entrar em atrito com os demais vereadores. (Palmas.) É isso aí, o Ver. João Bosco lá diz que assessor assessora e os vereadores legislam e conversam entre eles, discutem, e o local de fazer o debate político é da tribuna. Certo?! Então tenho certeza de que vou poder contar com a compreensão de todos vereadores para que a gente não precise usar o Regimento.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 008/24.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores; eu pedi licença aos meus colegas de bancada, vereadores do meu partido, o PSOL, e, portanto, agradeço à nossa líder Ver.^a Karen Santos, ao Ver. Roberto Robaina e ao Ver. Pedro Ruas por poder fazer mais uma vez o encaminhamento dessa emenda assinada pelo PCdoB, na figura do Ver. Giovani Culau, para simplesmente parabenizar o vereador. Vereador Giovani, nós sabemos o resultado que espera na votação dessa sua emenda que retira o fundo em defesa do meio ambiente. A sua emenda será derrotada, e derrotada por uma vasta margem. Nós sabemos, porque esta Casa legislativa, desde que pisei aqui na primeira vez, e isso foi em 2012, como suplente, mais tarde assumindo a titularidade em substituição ao Ver. Pedro Ruas, que se elegeu deputado estadual, em 2015, sistematicamente – sistematicamente –, esta Casa Legislativa altera regramento do Plano Diretor para aumentar a possibilidade de construções em Porto Alegre, construções inclusive em áreas de proteção ambiental, como a Fazenda Arado Velho. Quando eu entrei aqui, em 2015, como titular, havia uma movimentação por parte da empresa, dos empreendedores, vamos chamá-los assim, para viabilizar uma modificação do Plano Diretor para que fosse aprovada a construção numa área de ocupação rarefeita, na Zona Rural de Porto Alegre, onde o índice de construção é baixíssimo. A empresa comprou o terreno, um terreno alagadiço, um terreno de banhado, um terreno que inunda todos os anos e, portanto, boa parte da Fazenda Arado Velho é uma área de absorção e captação de áreas de chuvas. Ela ameniza as cheias do Guaíba, sempre fez isso, historicamente fez

isso. Só que esta Câmara aprovou o projeto que foi impedido pela justiça, porque tinha graves problemas processuais, inclusive com fraude nos Estudos de Impacto Ambiental – fraude nos Estudos de Impacto Ambiental – e esta Casa aprovou. Esta Casa deveria ter vergonha, porque ataca o meio ambiente sistematicamente. Com o bloqueio e a interrupção daquele processo, foram abertos dois novos sobre o mesmo assunto: alteração de Plano Diretor, permissão de construção em uma área alagadiça. O último foi aprovado em 2022, e mais uma vez derrubado judicialmente. Que tipo de respeito à natureza nós esperamos de uma cidade em que o Executivo é conivente com ataque ao ambiente natural, e que esta Câmara é agente ativo da degradação desenfreada dos recursos naturais da nossa cidade? Da pavimentação do solo, da impermeabilização do solo. Para aonde vai toda essa água que cai na superfície do chão que deveria infiltrar e abastecer lençol freático? Ela escorre com grande velocidade para o Guaíba, assoreando o Guaíba, aumentando os seus níveis. Não, senhoras e senhores, não venham com esse papinho mole, besta, do catastrofismo de que ninguém poderia prever, ninguém teria como atuar. Sim, senhoras e senhores, se Porto Alegre continuasse a ser a capital mais verde do país – posto que perdemos há muitos anos – talvez não tivéssemos tido um impacto tão significativo. E, associado a isso, uma Prefeitura completamente irresponsável, porque não faz a manutenção de sistemas de bomba de contenção de enchentes. Permite, por um lado, a ocupação desenfreada do solo, a pavimentação e impermeabilização, e por outro, não faz a contrapartida, que é proteger a sociedade nas áreas já ocupadas para que não tenham percas gigantescas. E eu não estou falando apenas de vidas; eu estou falando dos recursos acumulados, mantidos e investidos para mobiliário, para qualificar as moradias, tudo perdido por conta de uma gestão incapaz, irresponsável e medíocre. Vou votar com o senhor, Ver. Giovani Culau, mas já sei o resultado que é sempre vergonhoso, atacando a natureza. Muito obrigado e boa tarde.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 008/24, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando nossa sessão nesta tarde. Nós estamos votando, neste momento, o projeto de lei do governo municipal que retira o recurso dos fundos. Em tese, o que está se debatendo aqui é que esse recurso seja investido em ações concretas para as pessoas atingidas pelas enchentes, mas tem algumas contradições. Por exemplo, esta Emenda nº 08, do nobre colega Culau, do PCdoB, trata de retirar da prerrogativa que o governo está apresentando o Fundo Municipal do Meio Ambiente. Pois então, se as chuvas causaram o maior desastre, e isso acabou envolvendo o meio ambiente, o governo tinha que ter a sensibilidade de entender que esse recurso estava no lugar certo, está no meio ambiente. Não, o governo retira esse fundo, como tira outros fundos, como por exemplo, o Funcultura, que destinava, na peça orçamentária que nós votamos no final do ano passado, o recurso de R\$ 6,4 milhões para

a reforma do Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues, pelo Teatro Renascença, que ficou embaixo d'água, a Sala Álvaro Moreira, Biblioteca Josué Guimarães, o Ateliê Livre e tantos outros. Será que o governo não está exagerando? Como queria agora, inclusive, o fundo da Procuradoria. Existem inúmeros recursos no caixa do governo municipal de mais de R\$ 500 bilhões, como existem, no DMAE, R\$ 440 milhões. E os senhores sabem o que está acontecendo aqui na Câmara nesses dias? O governo inclusive, no próximo projeto, a Câmara vai autorizar ou não, possivelmente vai autorizar, um empréstimo de R\$ 80 milhões de dólares para o governo utilizar devido a essa catástrofe que aconteceu na cidade. Esse recurso só poderá ser utilizado no próximo ano - R\$ 80 milhões de dólares -, porque não há tempo hábil de o governo buscar esse recurso e usar este ano. O governo está contando com a eleição ganha, com esse desastre e uma falta de ação concreta do governo, da manutenção das bombas, da extinção do DEP, da privatização da Carris, de um enorme desgaste ao normal devido à falta de gestão. Os senhores estão contando com a eleição ganha, não é bem assim. O povo está com os olhos abertos, muito abertos. E podem ter certeza de que este problema enfrentado neste momento de falta de gestão e de atender as famílias atingidas, vai ser um fato determinante para as eleições deste ano, com certeza. Mas o governo municipal, depois de entregar uma carta para o Presidente da República, pedindo mais recursos, e a imprensa possivelmente não deu esse espaço do que eles tinham colocado na carta, o prefeito vai lá e paga um espaço na Zero Hora ou, não me lembro aqui qual o jornal, e divulga um movimento, uma ação concreta dizendo que é o governo federal que tem que aportar esse recurso. Mas e o governo municipal vai botar onde esses recursos que nós estamos votando para poder ser aplicado às vítimas das enchentes? Há uma enorme contradição. O governo municipal está perdido, como há poucos dias estava totalmente aqui desolada e dividida a própria base do governo. Nós queremos cobrar tudo isso, queremos cobrar tudo isso. Se não, vamos ao Ministério Público de Contas para denunciar o não recurso aprovado e aplicado para as vítimas dessas enchentes que, por sua vez, ainda não receberam os recursos que nós votamos aqui. Já recebemos do governo federal várias iniciativas que foram feitas, e o governo municipal, aprovamos aqui semana passada, o governo não sancionou, o governo não liberou. Onde estão os R\$ 1,6 mil que nós aprovamos, mensalmente, durante um ano? Onde está a isenção do IPTU? O governo queria dois meses e nós aprovamos até 2016, tem gente que pagou o IPTU e quer devolução desse recurso. O governo está perdido, não sabe o que faz - essa é a grande verdade! Mas a cada dia vem uma surpresa: é recursos para cá, é recurso para lá, retirando a função que é do gestor municipal, como é a questão dos fundos. O cidadão doa recurso para que aquele fundo decida, através do Conselho Municipal da Cultura, por exemplo, e o governo vai lá e acaba retirando desse fundo para colocar em outras ações, que, na verdade, deveria ser aplicado na cultura, porque também é uma categoria, a comunidade artística foi uma das mais prejudicadas, como tantos outros trabalhadores, que inclusive perderam os empregos, esses que deveriam ser valorizados. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 008/24.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sobre encaminhamentos pelo MDB, nós estamos vendo a grande defesa do meio ambiente, que realmente é necessário nos últimos anos, isso ficou sem uma ação mais profunda nas defesas, no ativismo. Mas eu também me sinto comprometida com esta situação que nós estamos vivendo, essa calamidade, todos os recursos que entrarem são importantes para o Município reconstruir. Veja bem, eu tenho uma informação aproximada: são R\$ 368 milhões de dívidas, realmente o governo federal mandou R\$ 64 milhões. Então já tem aí um déficit no Município e nós temos urgência. Então esse projeto dos fundos, eu gostaria de registrar que ele vai dar flexibilidade financeira para o Município agir, utilizando, nestas circunstâncias, os recursos do fundo. Eu também me sinto muito preocupada com a cultura, com o meio ambiente, eu acho que não só eu, como muitos outros vereadores, mas nós não podemos segregar um fundo do outro, se vota todos. No anterior, da Procuradoria, não se conseguiu os 19 votos, mas não é a questão de segregar, de defender um ou outro, nós estamos pensando em oportunizar agilização no Município, afinal esse dinheiro não vai para uma pessoa fazer uso. Para isso nós temos regras, nós temos prestação de contas do Município, nós temos auditores, nós temos Tribunal de Contas para depois saber onde foi o recurso. Então, a situação é colocada, às vezes, como se um integrante do Município fosse usar esse fundo sem prestar contas. Temos certeza de que, conforme as manifestações do Executivo, logo teremos uma espécie de ressarcimento, depois que passar essa crise, para os fundos, merecidamente. Nesse sentido, eu gostaria de expressar que nós não estamos abandonando cultura, não estou abandonando o meio ambiente, nós estamos votando pela emergência do Município.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 008/24.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Quero saudá-lo, Presidente; senhoras vereadoras, senhores vereadores. Eu quero só lembrar o Ver. Oliboni de publicidade. Olha, quem vê aí nas rádios, na televisão, a cada 30 minutos tem uma propaganda o governo, ou pelo BNDES, Caixa Federal, Petrobras; todas. Eu nunca vi tanta propaganda na televisão de um governo como desse governo Lula. Mas às vezes se atrapalham. E outro detalhe: lembrar o Ver. Oliboni, a gente tem memória, que naquela época eles escreviam pela cidade: "Fora, RBS!" Lembram? "Fora, RBS!" Agora estão amigos da RBS. Estão lá. E é propaganda e propaganda. Nada contra a RBS. Estou só citando fatos, lembrando que numa época a cidade toda estava cheia de pichações dizendo "Fora, RBS!" Não tem mais agora. O dinheiro está correndo solto. Mas essa questão aqui do meio ambiente, do que é que mais se trata na cidade? Meio ambiente. Quer dizer, nós não podemos destinar o superávit desse fundo do meio ambiente para tratar o meio

ambiente? Do que se está tratando mais, falando mais, Presidente, na cidade? Meio ambiente. Então, devemos aprovar esta emenda, como outras. É um momento atípico, momento de conciliação e de recuperação da nossa cidade, não tem outro caminho. Naturalmente, nós precisamos desse superávit para colocar no orçamento do Município, que está gastando, é verdade, porque ninguém esperaria essa catástrofe. Quero lembrar, porque eu escuto todas as rádios, leio todos os jornais, portanto, não interessa se a notícia é de um lado ou de outro, eu leio igual, Ferronato, e eu tiro minha conclusão. Esta semana, um hidrologista da UFRGS falou uma coisa que ninguém tinha falado até hoje, que o Guaíba, aqui, nesta região, em comparação ao Sarandi e Humaitá, lá tinha 2 metros acima daqui, e por isso, pegou aqueles bairros com muita capacidade de água. Isso tem que ser estudado também. Então, muitas coisas que se falam hoje aqui, e se fala da eleição, sim, está logo ali, mas muitas questões vão aparecer e vão ser desmistificadas, porque vocês têm que entender que lá, naquela campanha eleitoral de um mês e meio, só se fala sobre a eleição, mentira não pode falar, e nem botar notícia na rádio, na televisão, de propaganda. Um mês e meio de campanha ali dos candidatos, não pode falar fora daquilo ali, e nenhuma emissora pode falar uma coisa que contradiz aquilo que os candidatos falarem num mês e meio de campanha. Então, tem muito chão pela frente, embora o tempo seja curto — quatro meses —, mas muitas mentiras que foram ditas aqui serão desmentidas e estarão no debate, fortalecendo. Podem até aparecer candidatos aí que não estava mais. É, pode até aparecer candidato que não estava mais, porque vai achar o seguinte: "Bom, se estão falando mal de todo mundo, de mim estão falando menos, eu tenho chance." A situação é essa hoje. Vamos fortalecer o caixa da Prefeitura, porque ela precisa trabalhar para o cidadão, não é para nós. Os cidadãos de todos os bairros estão com dificuldade, é o empresário, nós precisamos de geração de emprego, renda, é nisso que nós temos que pensar agora, depois se resolvem outros problemas. Nós precisamos votar esse projeto. Essa emenda, infelizmente, Biga, a tua intenção foi boa, mas nós vamos tratar, principalmente do que mais se trata neste momento na cidade, que é do meio ambiente, e esse dinheiro é do meio ambiente. Por que não pode contribuir se outros vão contribuir? Então, vamos votar contra essa emenda, porque nós precisamos, sim, de recursos para recuperar a cidade de Porto Alegre. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 008/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu acho que a ingratidão não deveria existir. A ingratidão é uma coisa dura, é dura, Ver. Cassiá. Nós, da oposição, temos votado nos projetos do governo, apoiado. Aí vêm os vereadores do governo aqui: Lula, Lula, Lula, dinheiro, dinheiro, dinheiro. Eles estão achando que o Lula é o Tio Patinhas. O Lula já mandou para cá R\$ 62 bilhões, eles não falam isso. Eles não falam, R\$ 62 bilhões para o Rio Grande do Sul. Pelo amor de Deus, falem isso aqui! Eu vou até... Peguem o microfone de apartes. Por favor, reconheçam! O vice-governador reconheceu, do MDB, agradeceu. O que custa a vocês

do MDB de Porto Alegre agradecerem, gratidão ao Presidente Lula. Hoje, o Melo deu entrevista no Jornal do Almoço e disse assim: “O Exército está aqui, o Exército está aqui. O Exército pertence ao Ministério da Defesa e só está aqui porque o Lula e o ministro Múcio pediram. Sabem quem está limpando as escolas alagadas? Não são as equipes da Prefeitura de Porto Alegre, do Melo, é o Exército que estava, hoje, lá na escola Migrantes. Aí eles acham assim: o Exército foi e fez porque queria. O Exército obedece ao Ministério da Defesa e ao Lula, que está colocando... São os trabalhadores com o salário pago pelo Ministério da Defesa. É isso, o ministro Múcio do governo Lula. É para isso que serve o Exército, para servir à população. Mas aí ele fala na televisão, o Melo: “O Exército está aqui ajudando”. É o Lula, o governo Lula que determinou, porque o Exército pode estar em vários lugares defendendo o povo brasileiro. E agora, neste momento, há uma decisão governamental de força-tarefa no Rio Grande do Sul. Tem que reconhecer. Quantas vezes eu disse obrigado à Defesa Civil do governo Melo? E aí, qual a dificuldade de reconhecer, Ver.^a Mônica Leal? Reconheça que o Exército pertence ao Ministério da Defesa. Não é o ministério do ar, não é o ministério do ar. Então, sejam gratos. Sessenta e dois bilhões de recursos! Parem, essa cantilena está ficando no ar, é um discurso vazio. O Lula abraçou o Rio Grande do Sul, veio para cá quatro vezes, o outro presidente não veio em nenhuma nas tragédias. Por favor, botem, no dicionário *online* de vocês, a palavra gratidão e vejam a explicação que o dicionário dá. Usem essa palavra, porque é isso, trata-se disso. Pensam aqui, desvinculação dos fundos. Querem passar a boiada aqui, como fizeram na época do governo Bolsonaro. Aqui não! O PT não vai deixar passar a boiada. Querem controlar os fundos, para quê? Para contratar consultorias vãs, privadas. Queriam agora há pouco derrotar o nosso Jurídico municipal com uma emenda, e nós enterramos essa emenda, porque tem que fortalecer o serviço público de qualidade, os servidores de carreira, são eles que ficam, porque os partidos passam, os políticos passam. Aliás, muita coisa vai passar este ano. Abra o olho aí, muita coisa vai passar. O povo está vendo! O povo sabe quem perdeu R\$ 124 milhões do DEP, e nós estamos nessa lambança por culpa disso também. O povo sabe que, em setembro passado tinham que ter feito as obras nas casas de bombas, nas comportas, sabem que o prefeito era o Melo, e ele não fez porque não quis. Foi orientado pelos técnicos. E aí nós estamos aqui fazendo o quê? Tendo que rapar os fundos para tentar fazer o que durante quase quatro anos não fizeram: habitação de interesse social. Aí vem aqui uma vereadora bolsonarista, foi no microfone dizer, agora há pouco ela foi ali, "precisamos de dinheiro para fazer moradias". Faz sete anos que essa cidade não entrega uma moradia com orçamento próprio! Tudo orçamento da União! Isso é escandaloso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 008/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação o PLCE nº 008/24. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. Agradeço a oportunidade, mais uma vez, de fazer o encaminhamento agora da Emenda nº 02, proposta e assinada pelo nosso líder da oposição, Ver. Roberto Robaina, aos meus colegas de bancada, Ver. Pedro Ruas e a nossa líder, Ver.^a Karen Santos. A Emenda nº 02, que vamos votar antes do projeto, cria um fundo específico para receber todos os recursos que serão recolhidos dos demais fundos que estão dispostos no projeto, permitindo que haja a manutenção da essência do fundo municipal, que é justamente o controle social, para que a população possa saber, ter consciência do direcionamento destes recursos. Portanto, senhoras e senhores, peço que as diferentes bancadas dessa Casa Legislativa se atentem à possibilidade de aprovação da Emenda nº 02, que reúne os recursos em uma rubrica única, que permitirá ainda a participação da sociedade, para que tenha a consciência ou pelo menos saiba da destinação que será dada pelo Executivo ao dinheiro que está sendo literalmente subtraído da cultura, do meio ambiente, dos direitos difusos, que inclui ações em defesa dos consumidores, e também o Funpatrimônio. Peço a aprovação da Emenda nº 02, pois se esta emenda for aprovada e nós tivermos novamente a possibilidade de manter o mínimo de transparência na utilização desse dinheiro, eu acredito que nós melhoramos um pouco esse projeto, que continuará sendo muito ruim e lesivo, porque não há qualquer dispositivo no projeto de lei proposto de que vá haver vinculação dos fundos às funções específicas às quais se destinam. Deveria, Ver. Gimenis, ter um artigo específico dizendo: “Nós estamos propondo esse projeto de lei para retirar o Fundo da Cultura, mas vamos destinar, sim, à cultura”. Porque a classe artística de Porto Alegre, os equipamentos de lazer, de cultura, como o teatro Renascença, foram impactados e precisam recursos de forma célere para serem reformados, para serem qualificados e novamente ocupados pela população. O Fundo Pró-Meio Ambiente, se tivesse um dispositivo especificando que esses recursos serão destinados à reparação dos danos ambientais, *o.k.*, nós poderíamos aprovar, porque retiraríamos boa parte da burocracia que envolve justamente essa destinação, facilitando o emprego dessas verbas. Mas não há, portanto nós não temos a menor certeza de onde serão usados esses recursos, não existe! Até a própria Ver.^a Mari Pimentel, que fez uso desta tribuna para discutir uma emenda, disse que realmente estamos dando um cheque em branco à Prefeitura, sem nenhum tipo de dispositivo vinculando a utilização desses recursos aos fundos dos quais eles saíram, às áreas dos fundos dos quais eles saíram. Infelizmente, eu não tenho condição alguma de votar favoravelmente ao projeto, mas a Emenda nº 02 dá uma consertada, e coloca pelo menos um pouco de transparência na utilização desse dinheiro. Portanto peço aqui a compreensão e o voto das diferentes bancadas, vereadores e vereadoras, para a aprovação da Emenda nº 02. Agradeço a atenção de todos e todas, sigamos os nossos debates.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver.^a Cláudia Araújo.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Só para contrapor o Ver. Alex: eu nunca vi criar fundo por emenda, para começar. Segundo, existe transparência, sim. Nós temos

a Secretaria de Transparência, e tudo que é feito está na Secretaria de Transparência. Nesta emenda está incluído o Fundo do Mercado, inclusive, o Fundo do Patrimônio, que nós tiramos para que ele não fosse utilizado em outra causa. Então, se essa emenda for aprovada, entra também o Fundo do Mercado. E queria dizer que o governo está mandando para esta Casa um projeto criando um fundo específico para reconstrução, virá nos próximos dias. A nossa orientação, enquanto liderança de governo, é que nós rejeitemos essa emenda. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Everton Gimenis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02 ao PLCE nº 008/24. Quero aproveitar e saudar o vereador; seja bem-vindo à Casa – eu não estava aqui na hora em que o senhor estava assumindo.

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): Obrigado, Presidente. Olha, eu concordo com o Ver. Alex Fraga, a Ver.^a Mari Pimentel já disse aqui que esta Casa está assinando um cheque em branco para o Executivo, estão tirando dinheiro de fundos importantíssimos. Assim como o Giovani, vários vieram aqui defender o fundo do Meio Ambiente. Depois de todo esse desastre, de toda essa crise climática, tu tiras o fundo do Meio Ambiente. Acabaram com o fundo da cultura, sendo que os trabalhadores da cultura estão entre os mais atingidos; enquanto não voltar a cidade ao normal, os trabalhadores da cultura, em sua maioria, estão sem conseguir trabalhar. Acaba com o fundo da cultura, e sem transparência nenhuma. Ninguém sabe como que vão ser utilizados. Vai para o caixa único da Prefeitura? E sabe-se lá como vão usar, ainda mais em ano eleitoral, em final de mandato. Então é uma dificuldade. Por isso, nós votamos contra a retirada desses fundos, mas essa emenda do companheiro Alex Fraga; do Ver. Robaina, o Ver. Alex Fraga defendeu, democratiza essa coisa, porque não tem como a gente destinar verba sem a participação da sociedade – sindicatos, associações –, a gente tem que fiscalizar o que está acontecendo. Como eu já disse no meu discurso inicial aqui, muito do que aconteceu em Porto Alegre nos últimos tempos foi por falta de fiscalização. A Pousada Garoa, a questão do sistema de proteção às cheias de Porto Alegre, que não teve nenhuma manutenção e não tinha fiscalização. E, agora, a gente vai votar aqui acabar com os fundos, que são importantes – por isso que existiam – para setores estratégicos. Eu acho difícil alguém aqui defender que o meio ambiente, depois... Até os negacionistas estão dizendo que o meio ambiente é importante agora; eu vi muito negacionista mudando de opinião, indo para a TV dizer que nós temos que cuidar do clima, do ambiente, que temos que nos preocupar, porque cada vez vão vir mais essas crises climáticas, que elas vieram para ficar. Antes, eles eram "a terra é plana", e quem se preocupava com o meio ambiente eram os ecochatos, eram aqueles que travavam o desenvolvimento, então esse era o discurso. Hoje começa a se discutir, mas mesmo assim tenta se aprovar nesta Casa... Nós vamos votar contra o fim dos fundos da cultura e do meio ambiente. Então, pelo menos, para que a gente possa ter um mínimo de democracia e de transparência, nós temos que

aprovar essa emenda do Ver. Robaina, defendida pelo Ver. Prof. Alex Fraga. Por isso que nós estamos encaminhando aqui pela nossa bancada a votação a favor dessa emenda.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 02, ao PLCE nº 008/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 05 ao PLCE nº 008/24. (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**.

Em votação nominal, determinada por esta presidência, o PLCE nº 008/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM**, 12 votos **NÃO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0389/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 018/24, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco de Desenvolvimento para a América Latina e Caribe (CAF), com a garantia da União, até o valor de US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares). **(SEI 118.00490/2024-01)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relatora-Geral Ver.^a Cláudia Araújo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e das Emendas nºs 01 e 02, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02.

Observações:

- com Emenda nº 01 (destacada), do Ver. Mauro Pinheiro;
- com Emenda nº 02, do Ver. Claudio Janta;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 12-05-24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLE nº 018/24](#).

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria dos vereadores Alvoni Medina e José Freitas, à Emenda nº 02 ao PLE nº 018/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o Requerimento solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLE nº 018/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, ao PLE nº 018/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o Requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLE nº 018/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego o requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02; e o requerimento de autoria do Ver. Cássia Carpes solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 03, ambas ao PLE nº 018/24.

Então ainda falta colocar no sistema a Subemenda nº 01. Ou suspendemos a sessão por alguns instantes ou o vereador já pode ir discutindo.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, conforme acordado com a liderança da oposição e a liderança do governo, solicito que a Emenda nº 01, a Subemenda nº 01, que está sendo apregoada, a Emenda nº 02, a Subemenda nº 02 e a Emenda nº 03, do Ver. Cassiá, todas ao PLE nº 018/24, sejam votadas em bloco, porque a orientação do governo é que seja favorável a todas as emendas, e nós temos acordo para fazer um bloco de todas as votações juntas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vereadora, eu só lhe pergunto, as emendas e subemendas no bloco?

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Sim, tudo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Consulto os líderes, inclusive a subemenda que vai ser apregoada, todas as subemendas.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): São duas, na verdade, são duas. Isso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLE nº 018/24, de autoria dos vereadores Mauro Pinheiro e Mônica Leal.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, solicitando dispensa do envio da a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLE nº 018/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Algum vereador vai discutir? Se não for discutir, eu preciso que um vereador assuma aqui para votar as subemendas, alguém que não tenha assinado nenhuma das emendas. O Freitas tem emenda também? Não, mas é tudo em bloco. Quem é o vereador que não tem? O Gilson Padeiro assinou alguma emenda ou subemenda? Não? Convido o Ver. Gilson Padeiro para que assuma a presidência dos trabalhos.,

(O Ver. Gilson Padeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 18h07min.)

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): (18h15min) Estão reabertos os trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, nós registramos que a votação em bloco das emendas acarretará a prejudicialidade da Emenda nº 02 apenas no que se refere ao valor, ou seja, vão permanecer R\$ 80 milhões e, não, R\$ 100 milhões. Permanecendo o restante da emenda. Ver. Freitas, eu peço só que o senhor solicite o destaque da Emenda nº 02 para ficar tudo no mesmo, pois a subemenda estava destacada e a emenda, não.

Vereador José Freitas (REPUBLICANOS): Presidente, eu solicito destaque para a Emenda nº 02 ao PLE nº 018/24.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): Feito o registro. Em votação o bloco composto pelas Emendas nºs 01, 02 e 03, Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, todas destacadas, ao PLE nº 018/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PLE nº 018/24 (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h16min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *